

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

**CADASTRO NACIONAL DE DOCENTES
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2005.1**

Brasília-DF | Inep | 2005
Versão Preliminar

Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
Dilvo Ristoff

Coordenador-Geral de Estatísticas da Educação Superior
Jaime Giolo

Coordenadora-Geral de Avaliação Institucional e dos Cursos de Graduação
Iara de Moraes Xavier

Coordenador-Geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Amir Limana

Redação
Dilvo Ristoff
Jaime Giolo

Composição das Tabelas
Josimar Guedes de Carvalho
Palmira Sevegnani de Freitas

Coordenadora do Cadastro das Instituições de Educação Superior
Sandra Fátima Amaral da Cunha

Equipe Técnica do Cadastro
Luciana Medeiros
Gilson de Lima Araújo
Suely Fonseca Saúde Teixeira

Coordenadora do Censo da Educação Superior
Laura Bernardes da Silva

Equipe Técnica
Edmilson Coelho de Oliveira
Maria Lúcia Peixoto da Silva

SUMÁRIO

Apresentação	7
1. Instituições	9
2. Docentes e funções docentes	13
3. Docentes: titulação	17
4. Funções docentes: titulação	23
5. Titulação Docente nos Estados da Região Norte	27
6. Titulação Docente nos Estados da Região Nordeste	31
7. Titulação Docente nos Estados da Região Sudeste	35
8. Titulação Docente nos Estados da Região Sul	39
9. Titulação Docente no Distrito Federal e Estados da Região Centro-Oeste	41
10. Taxa de escolarização bruta e relação doutor/matricula	45
11. Docentes por Nacionalidade	49
12. Regime de Trabalho	53
Considerações Finais	61
Anexos	65

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Total de IES e IES que preencheram o Cadastro, por Categoria Administrativa	9
Tabela 2	Total de IES e IES que preencheram o Cadastro, por Organização Acadêmica	10
Tabela 3	Total de IES e IES que preencheram o Cadastro, por Unidade da Federação	10
Tabela 4	Docentes da Educação Superior, por região	13
Tabela 5	Docentes da Educação Superior, por Unidade da Federação	14
Tabela 6	Funções Docentes da Educação Superior, por Unidade da Federação	15
Tabela 7	Funções Docentes da Educação Superior, por Organização Acadêmica	15
Tabela 8	Funções Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa	16
Tabela 9	Docentes das IES por Titulação segundo a Região	17
Tabela 10	Docentes por Titulação na Região Norte	18
Tabela 11	Docentes por Titulação na Região Nordeste	18
Tabela 12	Docentes por Titulação na Região Sudeste	18
Tabela 13	Docentes por Titulação na Região Sul	18
Tabela 14	Docentes por Titulação na Região Centro-Oeste	19
Tabela 15	Doutores, Matrículas de 2004 e Relação Doutor/Matrículas por Região	19
Tabela 16	Mestres, Matrículas de 2004 e Relação Mestre/Matrícula, segundo a Região	20
Tabela 17	Docentes por Unidade da Federação segundo a Titulação	20

Tabela 18	Estados com números de doutores mais expressivos e estados com números menos expressivos	21
Tabela 19	Funções Docentes da IES por Titulação segundo a Categoria Administrativa	23
Tabela 20	Funções Docentes por Titulação, segundo a Categoria Administrativa	24
Tabela 21	Percentuais de Titulação das funções docentes segundo a categoria administrativa	25
Tabela 22	Funções Docentes por unidade da Federação, segundo a titulação	25
Tabela 23	Funções Docentes do Acre por Titulação	27
Tabela 24	Funções Docentes no Amazonas e no País por Titulação	28
Tabela 25	Funções Docentes no Amapá e no País por Titulação	28
Tabela 26	Funções Docentes no Pará e no País por Titulação	29
Tabela 27	Funções Docentes em Rondônia e no País por Titulação	29
Tabela 28	Funções Docentes em Roraima e no País por Titulação	29
Tabela 29	Funções Docentes em Tocantins e no País por Titulação	30
Tabela 30	Funções Docentes em Alagoas e no País por Titulação	31
Tabela 31	Funções Docentes na Bahia e no País por Titulação	32
Tabela 32	Funções Docentes no Ceará e no País por Titulação	32
Tabela 33	Funções Docentes no Maranhão e no País por Titulação	32
Tabela 34	Funções Docentes na Paraíba e no País por Titulação	33
Tabela 35	Funções Docentes em Pernambuco e no País por Titulação	33
Tabela 36	Funções Docentes no Piauí e no País por Titulação	34
Tabela 37	Funções Docentes no Rio Grande do Norte e no País por Titulação	34
Tabela 38	Funções Docentes em Sergipe e no País por Titulação	34
Tabela 39	Funções Docentes no Espírito Santo e no País por Titulação	35
Tabela 40	Funções Docentes em Minas Gerais e no País por Titulação	35
Tabela 41	Funções Docentes no Rio de Janeiro e no País por Titulação	36
Tabela 42	Funções Docentes em São Paulo e no País por Titulação	36
Tabela 43	Funções Docentes no Paraná e no País por Titulação	39
Tabela 44	Funções Docentes no Rio Grande do Sul e no País por Titulação	40
Tabela 45	Funções Docentes em Santa Catarina e no País por Titulação	40
Tabela 46	Funções Docentes no Distrito Federal e no País por Titulação	41
Tabela 47	Funções Docentes em Goiás e no País por Titulação	42
Tabela 48	Funções Docentes no Mato Grosso do Sul e no País por Titulação	42
Tabela 49	Funções Docentes no Mato Grosso e no País por Titulação	42
Tabela 50	Estados que superam a Média Nacional de Doutores	43
Tabela 51	Estados que mais se distanciam negativamente da Média Nacional de Funções Docentes exercidas por Doutores	43
Tabela 52	População de 18 a 24 anos, matrículas globais e taxa de escolarização bruta, por região	45
Tabela 53	População de 18 a 24 anos, matrículas globais e taxa de escolarização bruta, por estado	46
Tabela 54	Doutores, matrículas de 2004, relação doutor/matrícula e taxa de escolarização bruta, por estado	47
Tabela 55	Estados com mais baixa relação Doutor/Matrícula	47

Tabela 56	Estados com a mais alta Relação Doutor/Matrícula	48
Tabela 57	Docentes por país de origem, segundo a região brasileira onde residem - Brasil 2005	49
Tabela 58	Funções Docentes por Regime de Trabalho segundo a Região	53
Tabela 59	Universidades Privadas que cumprem e que não cumprem o requisito de 1/3 de contratação em Tempo Integral (LDB 9394/96), por Região	54
Tabela 60	Universidades Públicas que cumprem e que não cumprem o requisito de 1/3 de contratação em Tempo Integral (LDB), por Região	54
Tabela 61	Universidades Privadas que cumprem e que não cumprem o requisito de 1/3 de docentes com titulação de mestre, doutor (pós-doutor e livre-docente)(LDB), por Região	54
Tabela 62	Universidades Públicas que cumprem e que não cumprem o requisito de 1/3 de docentes com titulação de mestre, doutor (pós-doutor e livre-docente)(LDB), por Região	55
Tabela 63	Centros Universitários que cumprem e que não cumprem o requisito de 15% de contratação em Tempo Integral (Decreto nº 4.914), por Região	55
Tabela 64	Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa	56
Tabela 65	Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa	56
Tabela 66	Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa	57
Tabela 67	Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa	57
Tabela 68	Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa	57
Tabela 69	Função Docente por Tempo de Serviço segundo a Categoria Administrativa - Doutor	58
Tabela 70	Função Docente por Tempo de Serviço segundo a Categoria Administrativa - Mestre	58
Tabela 71	Função Docente por Tempo de Serviço Segundo a Categoria Administrativa - Especialista	59
Tabela 72	Função Docente por Tempo de Serviço Segundo a Categoria Administrativa - Graduado	59
Tabela 73	As dez IES com o número de doutores, pós-doutores e livre-docentes mais elevado	59
Tabela 74	As dez IES com o número mestre, doutores, pós-doutores e livre-docentes mais elevado	60
Tabela 75	Docentes por Vinculação Institucional segundo a Categoria Administrativa	60

APRESENTAÇÃO

Em 13 de maio de 2004, por meio da Portaria nº 1.265, o Ministro da Educação atribuiu à Secretaria de Educação Superior (SESu) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a tarefa de estabelecer as diretrizes para a criação do Cadastro Nacional de Docentes do Sistema Federal de Ensino Superior. Em 1º de fevereiro de 2005, através da Portaria nº 327, foram definidos os procedimentos operacionais, as responsabilidades e prazos, buscando a viabilização do preenchimento do formulário eletrônico do Cadastro (ver portarias em anexo) e estabelecendo que “a Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior - DEAES, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, é o órgão gestor do Cadastro, podendo, para tanto, estabelecer as normas e procedimentos operacionais e as formas de divulgação dos dados e informações, em consonância com o Departamento de Supervisão do Ensino Superior - DESUP, da Secretaria de Educação Superior – SESu”. Estabeleceu igualmente a Portaria que “as IES serão responsáveis pela atualização e validação dos dados e informações relativos aos docentes dos seus cursos no cadastro eletrônico”. Por fim, convém lembrar que o Art. 3º § 2º da Portaria que institui o Cadastro estabelece:

§ 2º Ao final dos prazos estabelecidos no § 1º será emitido, pelo INEP, certificado de validação deste cadastro.

E no seu Art. 6º.

Art. 6º O certificado de validação do Cadastro Nacional de Docentes mencionado no art 3º § 2º é pré-requisito para:

I - adesão ao Programa de Financiamento Estudantil - FIES e Programa Universidade para Todos - PROUNI;
II - abertura de processos de credenciamento e recredenciamento de instituição de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e habilitações, modalidades presencial e a distância, no Sistema SAPIENS.

Os dados aqui apresentados refletem a primeira experiência de preenchimento deste Cadastro pelas instituições de educação superior e se referem exclusivamente ao primeiro semestre de 2005. A sua contribuição para uma melhor compreensão das características do quadro docente no Brasil, nas regiões, nas unidades da federação, nas diferentes organizações acadêmicas e categorias administrativas fica evidente na análise que se segue. Há, no entanto, muitas outras informações que poderão ser utilizadas por reitores, pró-reitores e dirigentes das instituições. Como a atualização do Cadastro Nacional de Docentes é semestral, será em breve possível, entre outras, construir séries históricas importantes, verificar a mobilidade dos docentes no sistema de educação superior, fazer projeções sobre a adequação do seu crescimento, qualificação e titulação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, enfim, confirmar a capacidade do Cadastro em contribuir para o avanço do conhecimento e a melhoria da qualidade da vida dos brasileiros.

Como se trata da primeira aplicação do formulário eletrônico para a coleta das informações, o instrumento deverá sofrer pequenos ajustes nas próximas edições, buscando contemplar demandas da comunidade acadêmica e permitindo que esta tenha melhores condições para disponibilizar as informações solicitadas, evitando duplicações e favorecendo o cruzamento das informações do Cadastro com as geradas pelos diversos instrumentos de informação e de avaliação em uso no âmbito do Inep e do Ministério da Educação. A Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Inep coloca-se, desde já, à inteira disposição dos dirigentes, estudiosos e pesquisadores interessados em conhecer com maior profundidade os dados do Cadastro Nacional de Docentes.

Brasília, novembro de 2005

INSTITUIÇÕES

Preencheram o Cadastro Nacional de Docentes, na edição do primeiro semestre de 2005, 1.990 das 2.314 instituições legalmente existentes e cadastradas junto ao Inep (dados de 15/9/2005), representando 86,0% do total, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Total de IES e IES que preencheram o Cadastro Nacional de Docente, por Categoria Administrativa - Brasil 2005			
Categoria Administrativa	Total de IES	IES que preencheram o Cadastro	(%)
Total	2.314	1990	86,0
PÚBLICAS	236	200	84,7
Federal	100	85	85,0
Estadual	78	69	88,5
Municipal	58	46	79,3
PRIVADA	2.078	1790	86,1

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Como podemos verificar, as instituições do sistema estadual tiveram percentualmente a maior participação, com 88,5% preenchendo o Cadastro. As IES municipais tiveram a menor participação, com 79,3%.

Entre as diferentes Organizações Acadêmicas, os centros universitários tiveram a maior participação (100,0%) e os centros federais de educação tecnológica a menor (66,0%):

Tabela 2: Total de IES e IES que preencheram o Cadastro Docente, por Organização Acadêmica - Brasil 2005			
Organização Acadêmica	IES (Total)	IES que preencheram o Cadastro	(%)
Total	2.314	1990	86,0
Universidade	173	171	98,8
Centro Federal de Educação Tecnológica	44	29	66,0
Centro Universitário	107	107	100,0
Centro Universitário Especializado	1	1	100,0
Faculdades Integradas	123	114	92,7
Faculdade	1.446	1.246	86,2
Faculdade de Tecnologia	173	123	71,1
Instituto Superior ou Escola Superior	247	199	80,6

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

A distribuição das IES por Unidade da Federação revela que os cinco estados com maior participação no preenchimento do Cadastro foram Amapá e Sergipe (com 100% de suas instituições preenchendo o formulário eletrônico), seguidos por Mato Grosso do Sul (95,5%), Rio Grande do Norte (95,0%) e Rio Grande do Sul (92,2%). As unidades da federação com a menor participação são: Roraima (69,2%), Tocantins (71,4%), Paraíba (74,3%), Goiás, (76,8%) e Piauí (77,4%).

Tabela 3: Total de IES e IES que preencheram o Cadastro Docente, por Unidade da Federação - Brasil 2005			
Estados	Total de IES	IES que preencheram o Cadastro	(%)
Brasil	2.314	1990	86,0
AC	9	7	77,8
AL	27	21	77,8
AM	20	18	90,0
AP	11	11	100,0
BA	120	103	85,8
CE	50	42	84,0
DF	78	66	84,6
ES	105	87	82,9
GO	69	53	76,8
MA	25	21	84,0
MG	329	276	84,0
MS	44	42	95,5
MT	56	49	87,5
PA	29	26	89,7
PB	35	26	74,3
PE	83	70	84,3
PI	31	24	77,4
PR	183	166	90,7
RJ	134	117	87,3
RN	20	19	95,0
RO	25	23	92,0
RR	13	9	69,2
RS	102	94	92,2
SC	108	93	86,1
SE	12	12	100,0
SP	568	495	87,1
TO	28	20	71,4

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Observa-se também a partir da tabela acima que o estado de São Paulo é a unidade da federação com o maior número de instituições de educação superior registradas no Cadastro do Inep (568), seguido de Minas Gerais (329), Paraná (183), Rio de Janeiro (134), e Bahia (120). Entre os estados com o menor número de instituições registradas estão: Acre (9), Amapá (11), Sergipe (12), Roraima (13) e Amazonas e Rio Grande do Norte (20). É importante observar que, via de regra, o número de instituições das unidades da federação tende a guardar relação direta com a população. Assim, por exemplo, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os estados mais populosos do Brasil, são também os estados com o maior número de instituições de educação superior. Já os estados do Acre, Amapá e Roraima, os de menor população, são também os que têm o menor número de instituições. O estado do Paraná, no entanto, é exceção: com população inferior à do Rio Grande do Sul e com aproximadamente 5 milhões de habitantes a menos do que o Rio de Janeiro, o Paraná tem um número expressivamente maior de IES.

2

DOCENTES E FUNÇÕES DOCENTES

O Cadastro Nacional de Docentes de 2005/1 registra um total de 230.784 docentes atuantes na educação superior brasileira. Desses 48,0% atuam na região Sudeste, 21,1% na região Sul, 16,8% na região Nordeste, 8,8% na região Centro-Oeste e apenas 5,2% na região Norte. Confira os números na tabela abaixo:

Região	Docentes	%
Brasil	230.784	100,0
Norte	12.089	5,2
Nordeste	38.852	16,8
Sudeste	110.732	48,0
Sul	48.740	21,1
Centro-Oeste	20.371	8,8

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Segundo o endereço residencial informado no Cadastro, os 230.784 docentes atuantes na educação superior brasileira se distribuem nas unidades da federação da seguinte forma:

Tabela 5: Docentes da Educação Superior, por Unidade da Federação - Brasil 2005		
Estados	Docentes	(%)
Brasil	230.784	100,0
AC	497	0,2
AL	2.381	1,0
AM	3.295	1,4
AP	599	0,3
BA	10.555	4,6
CE	5.016	2,2
DF	6.752	2,9
ES	4.712	2,0
GO	7.151	3,1
MA	3.051	1,3
MG	26.829	11,6
MS	3.273	1,4
MT	3.195	1,4
PA	4.334	1,9
PB	4.529	2,0
PE	6.423	2,8
PI	1.963	0,9
PR	18.069	7,8
RJ	24.624	10,7
RN	3.331	1,4
RO	1.476	0,6
RR	538	0,2
RS	18.045	7,8
SC	12.626	5,5
SE	1.603	0,7
SP	54.567	23,6
TO	1.350	0,6

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Dos estados que mais concentram docentes, destacam-se: São Paulo (23,6%), Minas Gerais (11,6%) Rio de Janeiro (10,7%), Paraná (7,8%) e Rio Grande do Sul (7,8%). Os estados com o menor número de docentes são Acre (0,2%), Roraima (0,2%), Amapá (0,3%), Tocantins (0,6%) e Rondônia (0,6%).

* * *

Muitos docentes brasileiros atuam em mais de uma instituição, por isso quando se analisam as informações segundo o ponto de vista da vinculação institucional dos professores se deve falar em funções docentes e não propriamente em docentes. Nesse sentido, o número de funções docentes e o número dos docentes coincidem apenas quando a instituição é tomada individual e isoladamente. Quando se analisam dados gerais do país ou agregados por estado, por região, por categoria administrativa, por organização acadêmica, etc, os números das funções docentes são superiores aos dos docentes, tendo em vista, justamente, essa vinculação de certo número de docentes a mais de uma instituição. A tabela abaixo mostra a distribuição das funções docentes de acordo com a unidade da federação:

Tabela 6: Funções Docentes da Educação Superior, por Unidade da Federação - Brasil 2005		
Estados	Funções Docentes	(%)
Brasil	267.986	100
AC	550	0,2
AL	2.891	1,1
AM	3.554	1,3
AP	689	0,3
BA	13.074	4,9
CE	5.590	2,1
DF	7.124	2,7
ES	5.654	2,1
GO	8.225	3,1
MA	3.493	1,3
MG	30.986	11,6
MS	3.937	1,5
MT	3.586	1,3
PA	4.885	1,8
PB	4.894	1,8
PE	7.236	2,7
PI	2.375	0,9
PR	20.732	7,7
RJ	28.575	10,7
RN	3.475	1,3
RO	1.769	0,7
RR	634	0,2
RS	19.713	7,4
SC	14.498	5,4
SE	1.745	0,7
SP	66.470	24,8
TO	1.632	0,6

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

As funções docentes, segundo a organização acadêmica, se distribuem conforme a tabela abaixo.

Tabela 7: Funções Docentes da Educação Superior, por Organização Acadêmica - Brasil 2005		
Organização Acadêmica	Funções Docentes	(%)
Total	267.986	100,0
Universidade	147.510	55,0
Centro Federal de Educação Tecnológica	2.798	1,0
Centro Universitário	29.749	11,1
Centro Universitário Especializado	55	0,02
Faculdades Integradas	13.017	4,9
Faculdade	64.649	24,1
Faculdade de Tecnologia	4.004	1,5
Instituto Superior ou Escola Superior	6.204	2,3

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Como pode ser observado, o maior número de funções docentes da educação superior encontra-se nas universidades (55,0%), seguido das faculdades (24,1%). Se lembrarmos que as universidades representam apenas 7,5% do total das IES, percebemos, também, que o número de instituições, tomado isoladamente, esconde as diferentes naturezas e os diferentes tamanhos das instituições. Universidades, por terem a obrigação constitucional de realizarem atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que implica em dizer que devem, em princípio, ter mestrados e doutorados, laboratórios de pesquisa e espaços para estudos avançados, guardam em geral estruturas mais complexas que as faculdades e centros universitários. Tendem, também, a oferecer uma variedade maior de cursos e a terem, individualmente, mais alunos. Duas universidades brasileiras, por exemplo, têm, juntas, mais de 200.000 alunos, enquanto que cerca de 75% das IES brasileiras têm até 1.000 alunos cada. Explica-se, portanto, o porquê de 7,5% das instituições terem 55,0% das funções docentes.

A análise por Categoria Administrativa mostra que o setor privado, responsável por, aproximadamente 90% das instituições e 70% das matrículas, detém 67,1% das funções docentes. Ou, dito de outra forma, as IES públicas (federais, estaduais e municipais), que respondem por, aproximadamente 10% das instituições e por 30% das matrículas, detêm 32,9% do quadro docente. Esses índices indicam a diferença de natureza destas instituições - aquelas principalmente dedicadas ao ensino de graduação, estas dedicadas ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação e à extensão. Ver tabela abaixo:

Tabela 8: Funções Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 2005		
Categoria Administrativa	Funções Docentes	(%)
Total	267.986	100,0
PÚBLICA	88.246	32,9
Federal	48.539	18,1
Estadual	32.683	12,2
Municipal	7.024	2,6
PRIVADA	179.740	67,1

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Vale lembrar ainda, neste contexto, o que já foi destacado no Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2003, que aponta que 86% dos programas de pós-graduação do Brasil encontram-se em instituições públicas, assim distribuídos: 56% em instituições federais, 30% em instituições estaduais e 0,2% em instituições municipais.

3

DOCENTES: TITULAÇÃO

Dos 230.784 docentes ativos da educação superior em 2005/1, 52.376 são doutores, pós-doutores ou livre-docentes, representando 22,7% do total. Os mestres constituem o maior grupo: 80.787 docentes, um índice de 35,0%. O número de especialistas é de 67.822, representando 29,4%. Apenas graduados atuando como docentes na educação superior são 27.334, um índice de 11,8% em relação ao total. Há um pequeno grupo de docentes sem graduação (que poderíamos chamar de docentes por notória especialização ou notório saber) e que são 2.465, representando 1,1%. Somados os mestres e doutores (incluindo pós-doutores e livre-docentes), portanto, representam 57,7% do total de docentes. Ver tabela abaixo:

Tabela 9: Docentes das IES por Titulação segundo a Região - Brasil 2005

Titulação	Brasil	(%)	Região									
			Norte	(%)	Nordeste	(%)	Sudeste	(%)	Sul	(%)	Centro-Oeste	(%)
Pós-Doutor	2.031	0,9	41	0,3	249	0,6	1.250	1,1	295	0,6	196	1,0
Livre-Docente	2.029	0,9	6	0,05	61	0,2	1.885	1,7	59	0,1	18	0,1
Doutor	48.316	20,9	1.484	12,3	7.523	19,4	26.066	23,5	10.155	20,8	3.088	15,2
Mestre	80.787	35,0	3.838	31,7	13.408	34,5	37.374	33,8	19.180	39,4	6.987	34,3
Especialista	67.822	29,4	4.999	41,4	12.659	32,6	28.779	26,0	13.946	28,6	7.439	36,5
Graduado	27.334	11,8	1.587	13,1	4.623	11,9	14.401	13,0	4.462	9,2	2.261	11,1
Outro	2.465	1,1	134	1,1	329	0,8	977	0,9	643	1,3	382	1,9
Total	230.784	100,0	12.089	100,0	38.852	100,0	110.732	100,0	48.740	100,0	20.371	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Nota-se uma presença percentual mais expressiva de docentes apenas graduados nas regiões Norte e Sudeste (13,1% e 13,0%, respectivamente). Já em relação aos docentes especialistas o Sudeste apresenta o menor percentual (26,0%); em contrapartida apresenta o maior índice de doutores, pós-doutores e livre-docentes (26,4%). O menor percentual de apenas graduados encontra-se na região Sul (9,2%).

* * *

Interessa saber onde no Brasil estão e quantos são os doutores, mestres e especialistas em cada região e unidade da federação (lembra-se, mais uma vez, que a classificação dos docentes por região e unidade da federação leva consideração o endereço residencial do docente). Abaixo reproduz-se os quadros relativos a cada região, com os respectivos números e percentuais da região e do país.

Tabela 10: Docentes por Titulação na Região Norte - Brasil 2005

Título	Norte	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	1.531	12,7	52.376	22,7
Mestre	3.838	31,7	80.787	35,0
Especialista	4.999	41,4	67.822	29,4
Graduado	1.587	13,1	27.334	11,8
Outro	134	1,1	2.465	1,1
Total	12.089	100,0	230.784	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Tabela 11: Docentes por Titulação na Região Nordeste - Brasil 2005

Título	Nordeste	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	7.833	20,2	52.376	22,7
Mestre	13.408	34,5	80.787	35,0
Especialista	12.659	32,6	67.822	29,4
Graduado	4.623	11,9	27.334	11,8
Outro	329	0,8	2.465	1,1
Total	38.852	100,0	230.784	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Tabela 12: Docentes por Titulação na Região Sudeste - Brasil 2005

Título	Sudeste	%	Brasil	%
Doutor, LD e PDr	29.201	26,4	52.376	22,7
Mestre	37.374	33,8	80.787	35,0
Especialista	28.779	26,0	67.822	29,4
Graduado	14.401	13,0	27.334	11,8
Outro	977	0,9	2.465	1,1
Total	110.732	100,0	230.784	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Tabela 13: Docentes por Titulação na Região Sul - Brasil 2005

Título	Sul	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	10.509	21,6	52.376	22,7
Mestre	19.180	39,4	80.787	35,0
Especialista	13.946	28,6	67.822	29,4
Graduado	4.462	9,2	27.334	11,8
Outro	643	1,3	2.465	1,1
Total	48.740	100,0	230.784	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Tabela 14: Docentes por Titulação na Região Centro-Oeste - Brasil 2005

Título	Centro-Oeste	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	3.302	16,2	52.376	22,7
Mestre	6.987	34,3	80.787	35,0
Especialista	7.439	36,5	67.822	29,4
Graduado	2.261	11,1	27.334	11,8
Outro	382	1,9	2.465	1,1
Total	20.371	100	230.784	100

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Observa-se nas tabelas acima que, no tocante à representação dos doutores, as regiões Norte e Centro-Oeste são as que mais se distanciam da média nacional, com apenas 12,7% e 16,2% de doutores, respectivamente, para uma média nacional de 22,7%. As regiões Nordeste e Sul se aproximam bastante da média nacional e a região Sudeste é a única que supera a média nacional, com 26,4% de doutores em seu quadro.

Com relação aos mestres, chama atenção o fato de que a média nacional (35%) só é superada pela região Sul (39,4%). As regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste estão muito próximas da média. A região Norte está 3,3% abaixo da média nacional na representação deste grupo de professores.

Entre os especialistas, observa-se que a média nacional (29,4%) é superada pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nas regiões Sul e Sudeste, o percentual de especialistas, embora abaixo da média, aproxima-se bastante dela. No geral, observa-se que na educação superior o percentual de especialistas tende a ser superado pelo de mestres, embora este não seja o caso das regiões Norte e Centro-Oeste. Os extremos estão representados pela região Norte, que tem 41,4% de Especialistas em seu quadro e pela região Sudeste, que tem apenas 26,0%.

A próxima tabela mostra a relação entre a titulação mais elevada e as matrículas dentro de cada região. Os dados das matrículas são do censo de 2004, ainda preliminares, tendo em vista que, em virtude da auditoria regular anual a que as instituições federais se submetem, o censo foi reaberto para essas instituições e alguns dados podem sofrer alterações.

Tabela 15: Doutores (incluindo PDr. e LD), Matrículas de 2004 e Relação Doutor/Matrículas por Região - Brasil 2005

Região	Doutores	Matrículas	Relação doutor/matricúla
Brasil	52.376	4.164.202	1/80
Norte	1.531	251.178	1/164
Nordeste	7.833	679.949	1/87
Sudeste	29.201	2.055.556	1/70
Sul	10.509	793.060	1/75
Centro-Oeste	3.302	384.459	1/116

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Os dados mostram que há, no sistema de educação superior brasileiro, aproximadamente, 1 doutor para cada 80 estudantes (lembra-se que um estudante pode ter mais de uma matrícula e que as matrículas da pós-graduação não estão incluídas neste cálculo, o que exige que estes dados não sejam absolutizados). Com menos alunos por doutor, estão as regiões Sudeste (1/70) e Sul (1/75). A região Nordeste situa-se bem próximo da média (1/87). A região Norte com 1 doutor para 164 estudantes e a Centro-Oeste, com 1 doutor para cada 116 estudantes, são as que mais se distanciam da média nacional e, mais ainda, das médias das regiões Sudeste e Sul. A relação entre os docentes mestres e as matrículas de 2004 pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 16: Mestres, Matrículas de 2004 e Relação Mestre/Matrícula, segundo a Região - Brasil 2005

Região	Mestres	Matrículas	Relação mestre/matrícula
Brasil	80.787	4.164.202	1/52
Norte	3.838	251.178	1/65
Nordeste	13.408	679.949	1/51
Sudeste	37.374	2.055.556	1/55
Sul	19.180	793.060	1/41
Centro-Oeste	6.987	384.459	1/55

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Enquanto no sistema brasileiro como um todo a relação doutor/matrículas é de 1/80, a relação mestre/matrícula é de 1/52. A região Sul mostra a menor relação (1/41) neste nível de titulação. Novamente, observa-se que a região que mais se distancia negativamente da média nacional é a Norte (1/65), indicando que a região se mantém distante dos padrões do restante do país no que se refere aos dois níveis mais altos de titulação.

A tabela abaixo mostra a distribuição dos docentes por estado, segundo a titulação.

Tabela 17: Docentes por Unidade da Federação segundo a Titulação - Brasil 2005

Estado	Total	(%)	Titulação						
			PDr.	LD.	Dr.	Ms.	Esp.	Grad.	Outro
Brasil	230.784		2.031	2.029	48.316	80.787	67.822	27.334	2.465
AC	497		1	-	65	168	161	74	28
AL	2.381		9	3	357	548	1.029	416	19
AM	3.295		24	-	360	1.064	1.464	336	47
AP	599		-	-	24	151	310	112	2
BA	10.555		48	29	1.757	3.491	3.803	1.357	70
CE	5.016		31	8	1.056	1.999	1.240	634	48
DF	6.752		174	5	1.307	2.611	1.843	698	114
ES	4.712		6	1	671	1.679	1.647	609	99
GO	7.151		1	4	843	2.196	3.141	819	147
MA	3.051		2	3	349	975	1.353	364	5
MG	26.829		238	30	5.105	8.899	9.391	2.959	207
MS	3.273		6	4	546	1.233	1.203	276	5
MT	3.195		15	5	392	947	1.252	468	116
PA	4.334		7	3	730	1.548	1.422	591	33
PB	4.529		50	1	1.085	1.905	1.024	432	32
PE	6.423		87	10	1.595	2.101	1.869	664	97
PI	1.963		6	4	229	582	985	143	14
PR	18.069		73	21	3.640	6.766	5.687	1.515	367
RJ	24.624		469	101	6.507	8.145	5.288	3.850	264
RN	3.331		15	1	834	1.229	865	378	9
RO	1.476		6	1	122	389	829	110	19
RR	538		1	1	69	140	173	150	4
RS	18.045		83	28	4.413	7.659	3.935	1.712	215
SC	12.626		139	10	2.102	4.755	4.324	1.235	61
SE	1.603		1	2	261	578	491	235	35
SP	54.567		537	1.753	13.783	18.651	12.453	6.983	407
TO	1.350		2	1	114	378	640	214	1

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

A tabela abaixo deixa claro que, em termos absolutos, a presença de doutores é mais expressiva e menos expressiva nos seguintes estados:

Tabela 18: Estados com números absolutos de doutores mais expressivos e estados com números menos expressivos - Brasil 2005

Números mais expressivos		Números menos expressivos	
Estado	Doutores	Estado	Doutores
São Paulo	16.073	Amapá	24
Rio de Janeiro	7.077	Acre	66
Minas Gerais	5.373	Roraima	71
Rio Grande do Sul	4.524	Tocantins	117
Paraná	3.734	Rondônia	129

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

FUNÇÕES DOCENTES: TITULAÇÃO

No universo das instituições que preencheram o Cadastro Nacional de Docentes 2005.1, estão registradas 267.986 funções docentes. A tabela abaixo apresenta a distribuição das funções docentes por titulação, segundo a categoria administrativa das respectivas instituições:

Titulação	Total	%	Categoria Administrativa							
			Federal	(%)	Estadual	(%)	Municipal	(%)	Privada	(%)
Pós-Doutor	2.199	0,8	1.417	2,9	266	0,8	31	0,4	485	0,3
Livre-Docente	2.142	0,8	208	0,4	1.444	4,4	37	0,5	453	0,3
Doutor	54.370	20,3	20.324	41,9	12.110	37,1	956	13,6	20.980	11,7
Mestre	99.677	37,2	14.297	29,5	9.378	28,7	2.774	39,5	73.228	40,7
Especialista	77.110	28,8	5.708	11,8	6.863	21,0	2.659	37,9	61.880	34,4
Graduado	29.993	11,2	6.118	12,6	2.608	8,0	566	8,1	20.701	11,5
Outro	2.495	0,9	467	1,0	14	0,04	1	0,01	2.013	1,1
Total	267.986	100,0	48.539	100,0	32.683	100,0	7.024	100,0	179.740	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Do total de funções docentes, 58.711 ou 21,9% são de doutores, pós-doutores ou livre-docentes, o que confirma a tendência de crescimento, ano a ano, deste percentual já identificado pelo Censo da Educação Superior, que indicou 15,1% para 1994, 18,8% para 1998 e 21,4% para 2003.

As funções docentes desempenhadas por docentes com título de mestre são 99.677 ou 37,2% do total, também em perfeita sintonia com o que já aponta va o Censo da Educação Superior, cujos índices cresceram de 15,1% em 1994 para 27,5% em 1998 e 35,1% em 2003.

Funções docentes desempenhadas por especialistas são 77.110, ou seja, 28,8% do total, enquanto as funções docentes desempenhadas por graduados ou docentes por notória especialização ou notório saber são 32.488, representando 12,1% do total. O percentual de funções docentes desempenhadas por portadores de titulação até especialista é de 40,9%, confirmando a tendência de decréscimo verificada pelo Censo da Educação Superior, que aponta 61,2% para 1994, 53,6% para 1998 e 43,4% para 2003.

As funções docentes desempenhadas por mestres e doutores (incluindo pós-doutores e livre-docentes) representam 59,1% do total.

As funções docentes por titulação no Brasil e segundo a sua classificação em públicas e privadas estão na seguinte tabela:

Tabela 20: Funções Docentes por Titulação, segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Título	Brasil	Público	(%)	Privado	(%)
Doutor, LD e PDr	58.711	36.793	62,7	21.918	37,3
Mestre	99.677	26.449	26,5	73.228	73,5
Especialista	77.110	15.230	19,8	61.880	80,2
Graduado	29.993	9.292	31,0	20.701	69,0
Outro	2.495	482	19,3	2.013	80,7
Total	267.986	88.246	32,9	179.740	67,1

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

A tabela 19 mostra que os percentuais de funções docentes exercidas por docentes apenas graduados dos setores público e privado são muito semelhantes (10,5% e 12,5%, respectivamente). Quando ponderamos esta informação, no entanto, levando em conta o número total de funções docentes desempenhadas por graduados que atuam na educação superior, percebemos um quadro bastante distinto: de acordo com a tabela 18, enquanto no setor público as funções docentes de apenas graduados representam 31,0% do total de funções docentes de graduados; no setor privado este grupo representa expressivos 69,0%. Situação completamente inversa se manifesta em relação às funções docentes desempenhadas por doutores, livre-docentes e pós-doutores (62,7% e 37,3%, respectivamente). Com relação aos Mestres e Especialistas, a situação é semelhante a dos apenas graduados, ou seja, os percentuais das instituições privadas são de 2/3 a 3/4 superiores aos das instituições públicas.

Cabe ainda destacar que há um perceptível crescimento na representação dos doutores e mestres nos quadros docentes tanto nas IES públicas quanto nas privadas. Quando comparamos as indicações do Censo com as do Cadastro Nacional de Docentes, percebemos, por exemplo, que no setor público a representação de doutores no quadro das funções docentes era de 22,4%, em 1994, tendo saltado para 39,5%, em 2003 (um aumento de 17 pontos percentuais), chegando a 41,7%, em 2005. Da mesma forma, no setor privado, o percentual de doutores no quadro das funções docentes saltou de 6,8%, em 1994, para 11,8%, em 2003, chegando a 12,2%, em 2005. Entre os mestres nota-se um pequeno declínio no setor público entre 1994 e 2003 (de 28,2 para 27,3), mas chegando a 30,0%, em 2005; no setor privado, houve um salto significativo: de 18,5%, em 1994, para 39,3%, em 2003, chegando a 40,7%, em 2005. O quadro geral dos percentuais de 2005, de acordo com o Cadastro Nacional de Docentes de 2005.1, é o seguinte:

Tabela 21: Percentuais de Titulação das funções docentes segundo a categoria administrativa - Brasil 2005			
Título	Brasil (%)	Público (%)	Privado (%)
Doutor, LD e PDr	21,9	41,7	12,2
Mestre	37,2	30,0	40,7
Especialista	28,8	17,3	34,4
Graduado	11,2	10,5	11,5
Outro	0,9	0,5	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

É igualmente interessante observar como as funções docentes se distribuem nos estados e nas regiões e o quanto estas se aproximam ou se distanciam da média nacional. Tal análise se torna importante porque permite revelar as desigualdades internas das regiões brasileiras. A tabela abaixo e as dos capítulos 5 a 9 mostram, por vezes, grandes discrepâncias entre os estados do Brasil, entre as regiões e também dentro da mesma região.

Tabela 22: Funções Docentes por unidade da Federação, segundo a titulação - Brasil 2005								
Estado	Titulação							Total
	PDr.	LD.	Dr.	Ms	Esp.	Grad.	Outros	
Brasil	2199	2142	54370	99677	77110	29993	2495	267986
AC	1		68	189	181	83	28	550
AL	10	3	397	717	1232	513	19	2891
AM	27		399	1254	1529	298	47	3554
AP			28	170	363	126	2	689
BA	53	33	2042	4646	4665	1562	73	13074
CE	33	9	1123	2295	1403	677	50	5590
DF	178	7	1385	2927	1876	644	107	7124
ES	13	1	790	2154	1917	679	100	5654
GO	2	4	962	2726	3497	881	153	8225
MA	2	3	377	1197	1532	377	5	3493
MG	252	33	5680	11130	10509	3169	213	30986
MS	8	5	610	1561	1450	297	6	3937
MT	15	5	410	1116	1427	495	118	3586
PA	8	1	810	1822	1580	631	33	4885
PB	55	1	1141	2161	1085	441	10	4894
PE	92	8	1720	2487	2092	768	69	7236
PI	6	3	262	733	1187	170	14	2375
PR	81	20	4083	8145	6378	1647	378	20732
RJ	493	123	7256	10145	6077	4167	314	28575
RN	17		838	1331	891	391	7	3475
RO	6	1	150	504	964	125	19	1769
RR	1	1	77	171	216	164	4	634
RS	86	30	4778	8671	4096	1829	223	19713
SC	143	10	2308	5740	4873	1369	55	14498
SE	1	1	288	649	535	236	35	1745
SP	614	1839	16232	24534	14829	8010	412	66470
TO	2	1	156	502	726	244	1	1632

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

5

FUNÇÕES DOCENTES POR TITULAÇÃO NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE

No que diz respeito à titulação do quadro docente, a região norte apresenta o seguinte perfil:

(a) Acre

Tabela 23: Funções Docentes do Acre por Titulação - Brasil 2005				
Título	Acre	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr(*)	69	12,5	58.711	21,9
Mestre	189	34,4	99.677	37,2
Especialista	181	32,9	77.110	28,8
Graduado	83	15,1	29.993	11,2
Outro	28	5,1	2.495	0,9
Total	550	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

(*) Nesta e nas tabelas a seguir a sigla LD designará Livre-Docente e PDr designará Pós-doutor.

O Acre é o estado com o menor quadro de docentes atuantes na educação superior, tanto na região quanto no país, registrando apenas 550 funções docentes. Percentualmente, o seu quadro de doutores (12,5%) está 9,4 pontos percentuais abaixo da média nacional (21,9%). O seu quadro de mestres, no entanto, se aproxima da média nacional. Nos dois níveis de mais baixa titulação (Especialização e Graduação), o Acre exibe, respectivamente, percentuais 4,1 e 3,9 pontos acima da média nacional.

(b) Amazonas

Tabela 24: Funções Docentes no Amazonas e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Amazonas	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	426	12,0	58.711	21,9
Mestre	1.254	35,3	99.677	37,2
Especialista	1.529	43,0	77.110	28,8
Graduado	298	8,4	29.993	11,2
Outro	47	1,3	2.495	0,9
Total	3.554	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O percentual de doutores do estado do Amazonas (12,0%) é pouco mais que a metade da média nacional, mesmo assim é o quarto maior percentual da região Norte. A exemplo do estado do Acre, o Amazonas exibe percentuais abaixo da média nacional nos níveis de mais alta titulação (doutorado e mestrado) e acima da média nacional na titulação de especialista (43%). Em relação aos graduados, o índice do Amazonas é mais adequado do que a média nacional: 8,4% contra 11,2%. Mesmo assim, somados os especialistas e os apenas graduados chegam a um percentual acima de 50%.

(c) Amapá

Tabela 25: Funções Docentes no Amapá e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Amapá	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	28	4,1	58.711	21,9
Mestre	170	24,7	99.677	37,2
Especialista	363	52,7	77.110	28,8
Graduado	126	18,3	29.993	11,2
Outro	2	0,3	2.495	0,9
Total	689	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Chama imediatamente a atenção na tabela acima o fato de que mais da metade das funções docentes do estado do Amapá seja exercida por Especialistas (52,7%). Os especialistas e os apenas graduados somam expressivos 71,3% de todo o corpo docente atuante na educação superior do estado. O percentual de mestres (24,7%), por sua vez, está mais 12,5 pontos percentuais abaixo da média nacional (37,2%). Especialmente notório, no entanto, é o percentual de funções docentes desempenhadas por doutores (4,1%) – o menor percentual da região e do País e um percentual mais de cinco vezes menor do que o da média nacional.

(d) Pará

Tabela 26: Funções Docentes no Pará e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Pará	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	819	16,8	58.711	21,9
Mestre	1.822	37,3	99.677	37,2
Especialista	1.580	32,3	77.110	28,8
Graduado	631	12,9	29.993	11,2
Outro	33	0,7	2.495	0,9
Total	4.885	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O Pará tem 4.885 das 12.089 funções docentes da região Norte, representando o maior quadro docente da educação superior da região. Embora ostente também o mais alto percentual de doutores da região (16,8%), o Pará ainda assim está mais de 5 pontos percentuais abaixo da média nacional neste nível de titulação. O estado ainda supera o percentual de funções docentes no nível de Mestrado tanto na região quanto no País. Nos dois níveis de titulação mais baixa (Especialistas e Graduados), o Pará mostra índices que superam a média nacional. Juntos, estes dois níveis somam 45,3% das funções docentes do estado.

(e) Rondônia

Tabela 27: Funções Docentes em Rondônia e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Rondônia	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	157	8,9	58.711	21,9
Mestre	504	28,5	99.677	37,2
Especialista	964	54,5	77.110	28,8
Graduado	125	7,1	29.993	11,2
Outro	19	1,1	2.495	0,9
Total	1.769	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

No estado de Rondônia destacam-se o alto percentual de funções docentes exercidas por especialistas (54,5%) e o baixo percentual de funções exercidas por graduados (7,1%). O percentual de especialistas no quadro docente do estado (54,5%) é o mais alto do País. Juntos, os especialistas e graduados somam 61,6% das funções docentes do estado, situando-se entre os mais altos percentuais da região e do País. Nos dois níveis superiores de titulação (mestres e doutores), Rondônia mostra-se bastante abaixo da média nacional: 8,9% contra 21,9%, no que se refere aos doutores; e 28,5% contra 37,2%, no que se refere aos mestres.

(f) Roraima

Tabela 28: Funções Docentes em Roraima e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Roraima	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	79	12,5	58.711	21,9
Mestre	171	27,0	99.677	37,2
Especialista	216	34,1	77.110	28,8
Graduado	164	25,9	29.993	11,2
Outro	4	0,6	2.495	0,9
Total	634	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O número de funções docentes da educação superior do estado de Roraima supera apenas o do estado do Acre. A exemplo de outros estados da região, os seus percentuais de doutores e mestres (12,5% e 27,0%, respectivamente) estão bastante abaixo das médias nacionais (21,9% e 37,2%), como pode ser observado na tabela acima. Da mesma forma, os seus percentuais de especialistas (34,1%) e graduados (25,9%) superam as médias nacionais, com especial destaque para o fato de que o percentual dos apenas graduados do estado está quase 15 pontos percentuais acima média nacional, constituindo-se no mais alto percentual deste nível de titulação docente no País.

(g) Tocantins

Tabela 29: Funções Docentes em Tocantins e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Tocantins	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	159	9,7	58.711	21,9
Mestre	502	30,8	99.677	37,2
Especialista	726	44,5	77.110	28,8
Graduado	244	15,0	29.993	11,2
Outro	1	0,1	2.495	0,9
Total	1.632	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Em Tocantins é alto o percentual de funções docentes da educação superior nos dois níveis mais baixo de titulação: os especialistas (44,5%) e graduados (15,0%) somam no estado quase 60%; no País estes dois grupos somam 40,0%. Nos dois níveis de mias alta titulação (doutorado e mestrado), Tocantins soma 40,5%; no País estes dois níveis somam 59,1%. Entre os docentes com doutorado, a posição de Tocantins está entre as últimas do País, com apenas 9,7%, mais de 12 pontos percentuais abaixo da média nacional.

6

FUNÇÕES DOCENTES POR TITULAÇÃO NOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

O perfil do quadro docente da Região Nordeste, no que diz respeito à titulação, é o seguinte:

(a) Alagoas

Tabela 30: Funções Docentes em Alagoas e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Alagoas	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	410	14,2	58.711	21,9
Mestre	717	24,8	99.677	37,2
Especialista	1.232	42,6	77.110	28,8
Graduado	513	17,7	29.993	11,2
Outro	19	0,7	2.495	0,9
Total	2.891	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

No estado de Alagoas, o percentual de funções docentes desempenhadas por doutores (14,2%) é mais de 7% menor do que o da média nacional (21,9%). A diferença entre o percentual de mestres do estado (24,8%) e o do País (37,2%) é ainda maior, mais de 12%. Como podemos observar, mais de 60% das funções docentes situam-se nos dois níveis de titulação mais baixa, 20 pontos percentuais acima da média nacional.

(b) Bahia

Tabela 31: Funções Docentes na Bahia e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Bahia	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	2.128	16,3	58.711	21,9
Mestre	4.646	35,5	99.677	37,2
Especialista	4.665	35,7	77.110	28,8
Graduado	1.562	11,9	29.993	11,2
Outro	73	0,6	2.495	0,9
Total	13.074	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Na Bahia, percebemos um equilíbrio entre a média do estado e a média nacional no nível mais baixo de titulação de suas funções docentes (graduados) e entre as exercidas por mestres. Entre os especialistas, a Bahia supera a média nacional em quase 7 pontos percentuais e, entre os doutores, está mais de 5 pontos percentuais abaixo da média nacional.

(c) Ceará

Tabela 32: Funções Docentes no Ceará e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Ceará	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	1.165	20,8	58.711	21,9
Mestre	2.295	41,1	99.677	37,2
Especialista	1.403	25,1	77.110	28,8
Graduado	677	12,1	29.993	11,2
Outro	50	1,0	2.495	0,9
Total	5.590	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

No Ceará, o destaque cabe à constatação de que os percentuais de funções docentes desempenhadas por doutores e mestres, somados, superam a média nacional. Enquanto a soma dos percentuais de doutores e mestres no estado atinge 61,9%, no País estes dois níveis de titulação atingem 59,1%. Embora o percentual de doutores no Ceará seja praticamente idêntico ao percentual nacional, a diferença marcante a favor do Ceará está entre o número de funções docentes com mestrado, que é de quase 4% superior à média nacional. Entre as funções docentes situadas nos dois níveis de titulação mais baixa, percebe-se que o Ceará também leva ligeira vantagem: 37,2% no Ceará contra 40,0% no País.

(d) Maranhão

Tabela 33: Funções Docentes no Maranhão e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Maranhão	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	382	10,9	58.711	21,9
Mestre	1.197	34,3	99.677	37,2
Especialista	1.532	43,9	77.110	28,8
Graduado	377	10,8	29.993	11,2
Outro	5	0,1	2.495	0,9
Total	3.493	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O estado do Maranhão tem um dos menores percentuais de funções docentes exercidas por doutores da região Nordeste (10,9%), a metade da média nacional para este nível de titulação. O percentual de funções docentes com mestrado, entretanto, aproxima-se bastante da média nacional. É notório o percentual de especialistas no estado (43,9%), mais de 15 pontos percentuais acima da média nacional (28,8%) – o que coloca o sistema de educação superior do estado entre os que dependem majoritariamente (54,7%) de docentes situados nos dois níveis de titulação mais baixa (especialistas e graduados).

(e) Paraíba

Tabela 34: Funções Docentes na Paraíba e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Paraíba	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	1.197	24,5	58.711	21,9
Mestre	2.161	44,2	99.677	37,2
Especialista	1.085	22,2	77.110	28,8
Graduado	441	9,0	29.993	11,2
Outro	10	0,2	2.495	0,9
Total	4.894	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O índice das funções docentes com doutorado no estado da Paraíba está entre os mais altos da região Nordeste e supera em mais de 2% a média nacional para este nível de titulação. A Paraíba supera igualmente em 7 pontos percentuais a média nacional de funções docentes com Mestrado. Como consequência, 68,6% das funções docentes da Paraíba situam-se nos dois níveis superiores (doutores e mestres), o índice mais alto da região. Nos dois níveis de mais baixa titulação, a Paraíba também leva significativa vantagem sobre a média nacional: 31,2% no estado contra 40,0% no País.

(f) Pernambuco

Tabela 35: Funções Docentes em Pernambuco e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Pernambuco	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	1.820	25,2	58.711	21,9
Mestre	2.487	34,4	99.677	37,2
Especialista	2.092	28,9	77.110	28,8
Graduado	768	10,6	29.993	11,2
Outro	69	1,0	2.495	0,9
Total	7.236	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Pernambuco supera a média nacional de funções docentes com doutorado e aproxima-se bastante da média nacional entre as com mestrado, colocando o estado com percentual de mestres e doutores, somados, superior à média nacional - 59,5% no estado contra 59,1% no País. Nos dois níveis de titulação mais baixa, Pernambuco leva ligeira vantagem sobre o restante do país, estando meio ponto percentual abaixo da média nacional.

(g) Piauí

Tabela 36: Funções Docentes no Piauí e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Piauí	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	271	11,4	58.711	21,9
Mestre	733	30,9	99.677	37,2
Especialista	1.187	50,0	77.110	28,8
Graduado	170	7,2	29.993	11,2
Outro	14	0,6	2.495	0,9
Total	2.375	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O Piauí, ao lado do Maranhão, tem um dos menores percentuais de funções docentes com doutorado da região Norte e do País (11,4%), mais de dez pontos percentuais abaixo da média nacional. Também entre as funções docentes com mestrado, o estado está abaixo da média nacional com mais de 6 pontos percentuais de diferença. Nos dois níveis inferiores de titulação, o estado do Piauí soma 57,1%, enquanto no país esta média é de apenas 40,0%, colocando o estado entre aqueles em que as funções docentes com titulação mais baixa representam a maioria do quadro docente da educação superior.

(h) Rio Grande do Norte

Tabela 37: Funções Docentes no Rio Grande do Norte e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Rio Grande do Norte	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	855	24,6	58.711	21,9
Mestre	1.331	38,3	99.677	37,2
Especialista	891	25,6	77.110	28,8
Graduado	391	11,3	29.993	11,2
Outro	7	0,2	2.495	0,9
Total	3.475	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O Rio Grande do Norte mostra uma surpreendente proximidade de suas médias com as médias nacionais em todos os níveis de titulação de suas funções docentes. Destaque-se, igualmente, que o seu percentual de mestres e doutores supera a média nacional e que o estado leva vantagem também sobre a média do país nos níveis de titulação mais baixa.

(i) Sergipe

Tabela 38: Funções Docentes em Sergipe e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Sergipe	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	290	16,6	58.711	21,9
Mestre	649	37,2	99.677	37,2
Especialista	535	30,7	77.110	28,8
Graduado	236	13,5	29.993	11,2
Outro	35	2,0	2.495	0,9
Total	1.745	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Sergipe mostra um quadro de funções docentes com doutorado mais de 5 pontos percentuais abaixo da média nacional. Já entre os mestres, o estado se iguala à média nacional. Nos dois níveis inferiores, a diferença é de aproximadamente 4 pontos percentuais, com desvantagem para o estado em relação à média nacional.

FUNÇÕES DOCENTES POR TITULAÇÃO NOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE

A Região Sudeste apresenta a seguinte caracterização, por estado, da titulação de seu quadro docente.

(a) Espírito Santo

Tabela 39: Funções Docentes no Espírito Santo e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Espírito Santo	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	804	14,2	58.711	21,9
Mestre	2.154	38,1	99.677	37,2
Especialista	1.917	33,9	77.110	28,8
Graduado	679	12,0	29.993	11,2
Outro	100	1,8	2.495	0,9
Total	5.654	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Na região Sudeste, o Espírito Santo é o estado com o menor percentual de funções docentes com nível de doutorado (14,2%), estando quase oito pontos percentuais abaixo da média nacional. No nível de mestrado, o estado supera ligeiramente a média nacional e nos dois níveis mais baixos de titulação, especialistas e graduados, o Espírito Santo tem 45,9% de funções docentes, contra 40,0% do País.

(b) Minas Gerais

Tabela 40: Funções Docentes em Minas Gerais e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Minas Gerais	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	5.965	19,3	58.711	21,9
Mestre	11.130	35,9	99.677	37,2
Especialista	10.509	33,9	77.110	28,8
Graduado	3.169	10,2	29.993	11,2
Outro	213	0,7	2.495	0,9
Total	30.986	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O estado de Minas Gerais demonstra ter um percentual de funções docentes com mestrado e doutorado menor, embora próximo, à média nacional. Da mesma forma, os dois níveis de titulação mais baixa mostram uma diferença de mais de 4 pontos percentuais com relação à média nacional (44,1% contra 40%), indicando que o número comparativamente maior de instituições federais, onde se concentram docentes mestres e doutores, é insuficiente para compensar a grande expansão havida no setor privado, onde a titulação de docentes especialistas e graduados tende a ser maior.

(c) Rio de Janeiro

Tabela 41: Funções Docentes no Rio de Janeiro e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Rio de Janeiro	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	7.872	27,5	58.711	21,9
Mestre	10.145	35,5	99.677	37,2
Especialista	6.077	21,3	77.110	28,8
Graduado	4.167	14,6	29.993	11,2
Outro	314	1,1	2.495	0,9
Total	28.575	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O Rio de Janeiro, ao lado do Rio Grande do Sul, Paraíba, São Paulo e Ceará, ostenta os mais altos percentuais de funções docentes com doutorado e mestrado do país, atingindo 63,1% do quadro docente, acima dos 59,1% da média nacional. O Rio de Janeiro tem também um percentual de 7,5% menor que a média nacional entre os especialistas, embora surpreenda que o estado tenha um percentual de 3,4 pontos percentuais superior à média nacional de funções docentes com graduação apenas.

(d) São Paulo

Tabela 42: Funções Docentes em São Paulo e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	São Paulo	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	18.685	28,1	58.711	21,9
Mestre	24.534	36,9	99.677	37,2
Especialista	14.829	22,3	77.110	28,8
Graduado	8.010	12,1	29.993	11,2
Outro	412	0,6	2.495	0,9
Total	66.470	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

São Paulo é o estado com o mais alto percentual de funções docentes com doutorado em seu quadro docente (28,1%), mais de 6 pontos percentuais acima da média nacional. Somadas as funções docentes de doutores e mestres, o estado atinge 65,0%, bem acima da média nacional (59,1%) para estes dois níveis de titulação. Não obstante esta alta titulação, 34,4% das funções docentes pertencem aos dois níveis de mais baixa titulação, com 22,3% de docentes especialistas e expressivos 12,1% de seu quadro docente composto por docentes apenas graduados.

FUNÇÕES DOCENTES POR TITULAÇÃO NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL

Na região Sul, a exemplo do que se observa na região Sudeste, os percentuais de docentes dos dois níveis mais altos de titulação são sempre superiores aos dos dois níveis mais baixos. O perfil, por estado, está apresentado a seguir:

(a) Paraná

No estado do Paraná, embora o percentual de funções docentes com doutorado seja ligeiramente inferior ao percentual médio nacional (20,2% contra 21,9%), a soma dos percentuais de funções docentes de doutores e mestres (59,5%) supera ligeiramente os 59,1% do País.

Tabela 43: Funções Docentes no Paraná e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Paraná	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	4.184	20,2	58.711	21,9
Mestre	8.145	39,3	99.677	37,2
Especialista	6.378	30,8	77.110	28,8
Graduado	1.647	7,9	29.993	11,2
Outro	378	1,8	2.495	0,9
Total	20.732	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Ainda no estado do Paraná, observa-se que os dois níveis de titulação mais baixa são ligeiramente inferiores à média nacional – 38,7% contra 40,0%.

(b) Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul ostenta percentual de funções docentes de doutores e mestres bem superiores à média nacional (68,8% contra 59,1%) a melhor performance do país neste quesito.

Tabela 44: Funções Docentes no Rio Grande do Sul e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Rio Grande do sul	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	4.894	24,8	58.711	21,9
Mestre	8.671	44,0	99.677	37,2
Especialista	4.096	20,8	77.110	28,8
Graduado	1.829	9,3	29.993	11,2
Outro	223	1,1	2.495	0,9
Título	19.713	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Também chama a atenção o fato de que o Rio Grande do Sul tem o mais baixo percentual de funções docentes com especialização e graduação que, somados, perfazem um índice de 30,1%, contra 40,0% da média nacional.

(c) Santa Catarina

O estado de Santa Catarina exhibe o menor percentual de funções docentes de doutores da região Sul (17,0%), estando cerca de 5 pontos percentuais abaixo da média nacional. Santa Catarina é também o único estado da região Sul onde a soma dos percentuais de mestres e doutores é inferior ao percentual médio nacional destes dois níveis de titulação (56,6% contra 59,1%). Outro dado que destoa dos outros dois estados da região é o fato de o percentual de funções docentes desempenhadas por especialistas e apenas graduados representar número superior ao da média nacional (43,1% contra 40,0%).

Tabela 45: Funções Docentes em Santa Catarina e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Santa Catarina	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	2.461	17,0	58.711	21,9
Mestre	5.740	39,6	99.677	37,2
Especialista	4.873	33,6	77.110	28,8
Graduado	1.369	9,4	29.993	11,2
Outro	55	0,4	2.495	0,9
Total	14.498	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

FUNÇÕES DOCENTES POR TITULAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL E ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

O Distrito Federal e os estados da Região Centro-Oeste apresentam o seguinte perfil quanto à titulação de suas funções docentes.

(a) Distrito Federal

Tabela 46: Funções Docentes no Distrito Federal e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Distrito Federal	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	1.570	22,0	58.711	21,9
Mestre	2.927	41,1	99.677	37,2
Especialista	1.876	26,3	77.110	28,8
Graduado	644	9,0	29.993	11,2
Outro	107	1,5	2.495	0,9
Total	7.124	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O Distrito Federal aproxima-se bastante dos percentuais nacionais em todos os níveis de titulação, superando ligeiramente a média nacional tanto nas funções docentes com doutorado (22,0% contra 21,9%) quanto com mestrado (41,1% contra 37,2%). Também nos dois níveis mais baixos de titulação, o Distrito Federal tem um perfil mais adequado do que a média nacional (35,4% contra 40,0%).

(b) Goiás

Tabela 47: Funções Docentes em Goiás e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Goiás	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	968	11,8	58.711	21,9
Mestre	2.726	33,1	99.677	37,2
Especialista	3.497	42,5	77.110	28,8
Graduado	881	10,7	29.993	11,2
Outro	153	1,9	2.495	0,9
Total	8.225	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

No estado de Goiás, destacam-se dois dados: 1) que o percentual de funções docentes com doutorado é praticamente a metade do percentual da média nacional e o mais baixo da região Centro-Oeste (11,8%) e 2) que o percentual de funções docentes com o título de especialista (42,5%) é muito superior ao da média nacional (28,8%) e o mais alto da região Centro-Oeste.

(c) Mato Grosso do Sul

Tabela 48: Funções Docentes no Mato Grosso do Sul e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Mato Grosso do sul	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	623	15,8	58.711	21,9
Mestre	1.561	39,6	99.677	37,2
Especialista	1.450	36,8	77.110	28,8
Graduado	297	7,5	29.993	11,2
Outro	6	0,2	2.495	0,9
Total	3.937	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

O estado do Mato Grosso do Sul está bem abaixo da média nacional no que se refere à titulação de suas funções docentes com doutorado, mas supera a média nacional no que se refere às funções docentes com o título de mestre. Em relação às funções docentes desempenhadas por especialistas, o Mato Grosso do Sul está 8 pontos percentuais acima da média nacional, mas, em contrapartida, está 3,7 pontos percentuais abaixo da média nacional no que se refere às funções docentes com apenas graduação.

(d) Mato Grosso

Tabela 49: Funções Docentes no Mato Grosso e no País por Titulação - Brasil 2005

Título	Mato Grosso	(%)	Brasil	(%)
Doutor, LD e PDr	430	12,0	58.711	21,9
Mestre	1.116	31,1	99.677	37,2
Especialista	1.427	39,8	77.110	28,8
Graduado	495	13,8	29.993	11,2
Outro	118	3,3	2.495	0,9
Total	3.586	100,0	267.986	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Com 12,0% de funções docentes exercidas por doutores, o estado do Mato Grosso fica a quase 10 pontos percentuais abaixo da média nacional. Da mesma forma, está a mais de 6 pontos percentuais abaixo da média nacional em relação às funções docentes com título de mestre. Nos dois níveis mais baixos de titulação, os especialistas e apenas graduados, o Mato Grosso está 5 pontos percentuais acima da média nacional.

* * *

A análise acima revela, portanto, que apenas sete estados da federação ostentam percentuais de funções docentes com título de doutorado em seus quadros de docentes da educação superior que superam a média nacional de 21,9%. São eles:

Tabela 50: Estados que superam a Média Nacional de Doutores - Brasil 2005

ESTADO	(%)
Distrito Federal	22,0
Paraíba	24,5
Pernambuco	25,2
Rio Grande do Norte	24,6
Rio de Janeiro	27,5
São Paulo	28,1
Rio Grande do Sul	24,8

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Seis dos doze estados que mais se distanciam da média nacional de funções docentes exercidas por doutores, todos com percentual inferior a 15%, pertencem à região Norte, três à região Nordeste, dois à região Centro-Oeste e um à região Sudeste, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 51: Estados que mais se distanciam negativamente da Média Nacional de Funções Docentes exercidas por Doutores - Brasil 2005

ESTADO	(%)
Amapá	4,1
Rondônia	8,9
Tocantins	9,7
Maranhão	10,9
Piauí	11,4
Goiás	11,8
Amazonas	12,0
Mato Grosso	12,0
Roraima	12,5
Acre	12,5
Espírito Santo	14,2
Alagoas	14,2

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

É importante perceber que o percentual médio nacional não se constitui, por si só, em indicador de qualidade absoluto, até porque grandes instituições universitárias brasileiras, de reconhecida qualidade, há muitos anos apresentam percentuais de doutores em seu quadro docente muito superiores a 50%. Algumas universidades públicas brasileiras já ostentam hoje percentuais superiores a 80% de doutores e, dentro delas, alguns departamentos ostentam 100% de doutores, colocando o doutorado inclusive como nível mínimo de exigência para ingresso na carreira docente.

A média nacional talvez seja, então, um indicador mais apropriado para apontar, através das aproximações e afastamentos, as grandes desigualdades existentes no país, refletindo em grande parte a pouca idade da educação superior brasileira, a carência de recursos humanos altamente qualificados, em especial em certos estados brasileiros, e a vertiginosa expansão do sistema como um todo, ocorrida nos últimos anos e que adotou como modelo organizacional predominante, não a grande universidade voltada à graduação, à pesquisa, à extensão e à pós-graduação, mas a pequena faculdade, as faculdades de tecnologia e os centros universitários, voltados ao ensino de graduação e à formação de tecnólogos. Deve, portanto, ser tomada como referência de alta qualidade a ser buscada não a média nacional mas a média das grandes universidades brasileiras.

Mais importante do que a proximidade ou o afastamento da média estadual da nacional é a relação de doutores por aluno, por indicar o grau de maturidade atingido pelo sistema universitário.

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E RELAÇÃO DOUTOR/MATRÍCULA

Cabe, agora, analisar até que ponto o acesso dos jovens à educação superior, nas unidades da federação e nas regiões, é proporcional ou não ao tamanho da população do estado. Estudo anterior do Inep mostra que apenas nas regiões Norte e Nordeste a representação percentual da população da região em relação à população do país é menor que a representação percentual de seus estudantes na educação superior. Com base em projeções do IBGE para a população de cada estado e com base no censo da educação superior do Inep é possível determinar até que ponto os estados se distanciam ou se aproximam da média nacional na participação percentual de sua população como estudantes da educação superior.

Os dados constantes das tabelas abaixo buscam demonstrar, região a região e estado a estado, a relação das matrículas (que tomam por base os dados do Censo da Educação Superior de 2004 - dados ainda provisórios, como já se advertiu) com a população da faixa etária de 18 a 24 anos (dados do IBGE - PNAD), identificando, assim, a taxa de escolarização bruta.

Tabela 52: População de 18 a 24 anos, matrículas globais e taxa de escolarização bruta, por região - Brasil 2003/2004

Região	População de 18 a 24 anos	(%)	Matrículas Globais	Escolarização Bruta (%)
Brasil	23.371.702	100,0	4.164.202	17,8
Norte	1.518.012	6,5	251.178	16,5
Nordeste	6.960.782	29,8	679.949	9,8
Sudeste	9.930.016	42,5	2.055.556	20,7
Sul	3.240.918	13,9	793.060	24,5
Centro-Oeste	1.688.044	7,2	384.459	22,8

Fonte: IBGE-PNAD 2003 e INEP – Censo da Educação Superior 2004 (dados preliminares).

Como se pode perceber acima, as mais altas taxas de escolarização bruta, encontram-se no Sul e no Centro-Oeste e as mais baixas no Norte e Nordeste. Observa-se, igualmente, que a taxa de escolarização no Nordeste, região que representa 29,8% da população, é menos da metade da das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

Abaixo é possível verificar a taxa de escolarização bruta em cada uma das unidades da federação. A taxa de escolarização bruta reflete a presença de estudantes na educação superior, independente de sua idade.

Tabela 53: População de 18 a 24 anos, matrículas globais e taxa de escolarização bruta, por estado - Brasil 2003/2004

Região	População de 18 a 24 anos	(%)	Matrículas Globais	Escolarização Bruta (%)
Brasil	23.371.702	100,0	4.164.202	17,8
Norte	1.518.012	6,5	251.178	16,5
Rondônia	127.971	0,5	31.387	24,5
Acre	59.453	0,3	13.888	23,4
Amazonas	346.286	1,5	72.918	21,1
Roraima	45.544	0,2	6.311	13,9
Pará	723.813	3,1	75.667	10,5
Amapá	78.334	0,3	17.187	21,9
Tocantins	170.541	0,7	33.820	19,8
Nordeste	6.960.782	29,8	679.949	9,8
Maranhão	852.791	3,6	60.825	7,1
Piauí	416.006	1,8	60.365	14,5
Ceará	1.047.321	4,5	94.140	9,0
Rio Grande do Norte	408.063	1,7	49.192	12,1
Paraíba	498.172	2,1	52.633	10,6
Pernambuco	1.159.717	5,0	125.407	10,8
Alagoas	379.087	1,6	38.798	10,2
Sergipe	267.255	1,1	31.032	11,6
Bahia	1.932.370	8,3	167.557	8,7
Sudeste	9.930.016	42,5	2.055.556	20,7
Minas Gerais	2.475.144	10,6	420.925	17,0
Espírito Santo	454.181	1,9	80.231	17,7
Rio de Janeiro	1.821.804	7,8	444.700	24,4
São Paulo	5.178.887	22,2	1.109.700	21,4
Sul	3.240.918	13,9	793.060	24,5
Paraná	1.256.402	5,4	291.772	23,2
Santa Catarina	726.528	3,1	178.456	24,6
Rio Grande do Sul	1.257.988	5,4	322.832	25,7
Centro-Oeste	1.688.044	7,2	384.459	22,8
Mato Grosso do Sul	299.000	1,3	64.462	21,6
Mato Grosso	372.995	1,6	64.562	17,6
Goiás	704.274	3,0	144.406	20,5
Distrito Federal	311.775	1,3	111.029	35,6

Fonte: IBGE-PNAD 2003 e INEP – Censo da Educação Superior 2004 (dados preliminares)

1) Para Brasil: exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2) Para Região Norte: exclusive a população da área rural de todas as Unidades da Federação componentes (exceto Tocantins)

No quadro abaixo faz-se uma justaposição da relação doutor/matricula e da taxa de escolarização bruta na educação superior em cada uma das unidades da federação, buscando relativizar os significados dos índices e percentuais.

Tabela 54: Doutores, matrículas de 2004, relação doutor/matricula e taxa de escolarização bruta, por estado - Brasil /20042005

Estado	Doutores, PDr, LD	Matrículas	Relação doutor/matricula	Taxa de Escolarização Bruta
Brasil	52.376	4.164.202	1/80	17,8
AC	66	13.888	1/210	23,4
AL	369	38.798	1/105	10,2
AM	384	72.918	1/190	21,1
AP	24	17.187	1/716	21,9
BA	1.834	167.557	1/91	8,7
CE	1.095	94.140	1/86	9,0
DF	1.486	111.029	1/75	35,6
ES	678	80.231	1/118	17,7
GO	848	144.406	1/170	18,6
MA	354	60.825	1/172	7,1
MG	5.373	420.925	1/78	17,0
MS	556	64.462	1/116	21,6
MT	412	64.562	1/156	17,6
PA	740	75.667	1/102	10,5
PB	1.136	52.633	1/46	10,6
PE	1.692	125.407	1/74	10,8
PI	239	60.365	1/253	14,5
PR	3.734	291.772	1/78	23,2
RJ	7.077	444.700	1/63	24,4
RN	850	49.192	1/58	12,1
RO	129	31.387	1/243	24,5
RR	71	6.311	1/89	13,9
RS	4.524	322.832	1/71	25,7
SC	2.251	178.456	1/79	24,6
SE	264	31.032	1/118	11,6
SP	16.073	1.109.700	1/69	21,4
TO	117	33.820	1/289	19,8

Fonte: Dados sobre docentes: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1
Dados sobre matrículas: Inep/Mec/Censo de 2004 (dados preliminares)

Como é possível verificar, as cinco unidades da federação com a mais baixa relação doutor/matricula são as seguintes:

Tabela 55: Estados com mais baixa relação Doutor/Matricula - Brasil 2005

Estado	Doutor/Matricula
Paraíba	1/46
Rio Grande do Norte	1/58
Rio de Janeiro	1/63
São Paulo	1/69
Rio Grande do Sul	1/71

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

Ainda, abaixo da média nacional (1/80) estão as seguintes unidades da federação: Pernambuco (1/74), Distrito Federal (1/75), Minas Gerais (1/78) e Paraná (1/78).

Por sua vez, as cinco unidades da federação com as melhores taxas de escolarização bruta são o Distrito Federal (35,6%), Rio Grande do Sul (25,7%), Santa Catarina (24,6%), Rondônia (24,5%) e Rio de Janeiro (24,4%). É, pois, surpreendente observar que das cinco unidades da federação com a melhor relação doutor/matricula, apenas o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão também entre as que apresentam as melhores taxas de escolarização da população do país. Os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Roraima, embora tenham baixa relação doutor/matricula, exibem taxas de escolarização bastante baixas: 10,6%, 12,1% e 13,9%, respectivamente. Situação idêntica é a dos estados de Pernambuco, Ceará e Bahia, que também exibem bons índices de doutores por matrícula, mas que apresentam taxas de escolarização que estão entre as menores do País: 10,8%, 9,0% e 8,7%, respectivamente. A Bahia (8,7%) e o Maranhão (7,1%) apresentam as menores taxas de escolarização.

As cinco unidades da federação com a mais alta relação doutor/matricula são:

Estado	Doutor/Matricula
Amapá	1/716
Tocantins	1/289
Piauí	1/253
Rondônia	1/243
Maranhão	1/210

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

É interessante observar que dos estados com as mais altas relações doutor/matricula apenas um, o Maranhão, está também entre os que apresentam a menor taxa de escolarização do País. O estado do Amapá, embora exiba a mais alta relação doutor/matricula (1/716), tem uma taxa de escolarização idêntica à do Sudeste. O mesmo pode ser dito de Tocantins que, embora tenha alta relação doutor/matricula (1/289), ostenta uma taxa de escolarização (19,8%) comparável à da região.

Observa-se que os estados acima estão todos muito distantes da média nacional, mostrando que o Amapá tem oito vezes menos doutores por estudante do que a média dos estados brasileiros; Tocantins, Piauí e Rondônia, mais de três vezes; e o Maranhão mais de duas vezes. Tratam-se de distâncias significativas que precisam ser analisadas com mais profundidade para ver do seu real significado. Chama a atenção ainda que o Amapá, com a mais alta relação doutor/matricula, tem apenas 24 doutores, o menor número do país.

DOCENTES POR NACIONALIDADE

A tabela abaixo mostra os principais países que se fazem representar no corpo docente:

Tabela 57: Docentes por país de origem, segundo a região brasileira onde residem - Brasil 2005							
País de origem	Total	(%)	Região de residência no Brasil				
			NO	NE	SE	SU	CO
Total	230.784	100,00	12.089	38.852	110.732	48.740	20.371
Brasil	227.522	98,59	11.981	38.268	109.218	48.016	20.039
Afganistão	5	-	2	-	3	-	-
Albânia	3	-	-	-	3	-	-
Alemanha	138	0,06	7	25	50	46	10
Angola	11	-	-	-	4	3	4
Argélia	5	-	1	2	1	1	-
Argentina	257	0,11	4	19	150	72	12
Austrália	15	-	1	3	7	4	-
Bélgica	19	-	-	1	14	4	-
Bolívia	45	0,02	2	3	17	13	10
Bulgária	11	-	2	1	4	2	2
Cabo Verde	6	-	1	1	3	-	1
Canadá	30	0,01	-	3	4	19	4
Chile	138	0,06	2	20	73	31	12
China	24	0,01	-	2	16	5	1
Colômbia	57	0,02	8	5	24	12	8
Congo	2	-	-	-	2	-	-
Coréia	6	-	-	-	6	-	-
Costa do Marfim	3	-	-	2	1	-	-
Costa Rica	3	-	-	1	1	1	-

País de origem	Total	(%)	Região de residência no Brasil				
			NO	NE	SE	SU	CO
Croácia	1	-	-	-	-	1	-
Cuba	85	0,04	16	13	32	10	14
Dinamarca	2	-	-	-	1	-	1
EUA	151	0,07	5	16	64	52	14
Egito	8	-	-	-	7	1	-
El Salvador	7	-	-	4	1	2	-
Equador	12	-	-	1	4	5	2
Escócia	1	-	-	-	1	-	-
Espanha	89	0,04	2	9	52	18	8
França	145	0,06	4	22	38	74	7
Grécia	3	-	1	-	2	-	-
Guatemala	1	-	-	-	1	-	-
Guiana	3	-	1	1	1	-	-
Guiné Bissau	1	-	-	-	-	1	-
Holanda	15	-	-	3	7	4	1
Honduras	3	-	-	-	1	1	1
Hungria	1	-	-	-	1	-	-
lêmen do Sul	1	-	-	-	1	-	-
Ilha Wake	10	-	-	-	10	-	-
Ilhas Coor	1	-	-	1	-	-	-
Índia	15	-	-	3	8	2	2
Inglaterra	59	0,03	-	1	17	37	4
Irã	5	-	-	-	4	1	-
Irlanda	6	-	1	2	-	-	3
Israel	5	-	-	-	5	-	-
Itália	106	0,05	2	15	78	9	2
Iugoslávia	2	-	-	-	2	-	-
Japão	31	0,01	-	-	21	5	5
Libia	9	-	-	1	3	3	2
Luxemburgo	1	-	-	-	-	1	-
Mali	1	-	-	-	1	-	-
Costa do Marfim	2	-	-	1	-	1	-
Marrocos	1	-	-	-	1	-	-
México	12	-	-	4	3	4	1
Mindelo - São Vicente	1	-	-	-	-	-	1
Nicarágua	6	-	-	2	1	2	1
Panamá	11	-	-	1	6	2	2
Paraguai	22	-	3	1	12	4	2
Peru	139	0,06	18	15	62	35	9
Polônia	12	-	-	3	6	1	2
Portugal	194	0,08	9	14	137	27	7
Quênia	1	-	-	-	1	-	-
Reino Unido	4	-	-	2	2	-	-
Romênia	4	-	-	-	2	1	1
Rússia	21	-	-	3	8	7	3
São Tomé	3	-	1	2	-	-	-
Senegal	2	-	-	-	1	-	1
Sérvia	1	-	-	-	1	-	-
Sri-Lanka	1	-	-	1	-	-	-
Sudão	1	-	-	-	1	-	-

País de origem	Total	(%)	Região de residência no Brasil				
			NO	NE	SE	SU	CO
Suécia	1	-	-	-	1	-	-
Suíça	10	-		1	6	2	1
África do Sul	1	-	1	-	-	-	-
Suriname	2	-			2		
T. Brit. do Oc. Indico	2	-	-	-	2	-	-
Tailândia	1	-				1	
Tanzânia	1	-	-	1	-	-	-
Tchecoslováquia	1	-			1		
Turquia	2	-	-	-	2	-	-
Ucrânia	1	-	-	-	-	1	-
Uganda	2	-	-	-	2	-	-
União Soviética	11	-	-	-	10	1	-
Uruguai	88	0,04	-	7	36	41	4
Venezuela	13	-	2	2	5	2	2
Zaire	2	-	-	1	1	-	-
Não Informado	1.128	0,5	12	343	456	152	165

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

A participação de estrangeiros no quadro docente das instituições de educação superior do Brasil mostra-se surpreendentemente pequena (1,4%). É importante considerar que não estão cadastrados professores visitantes, em geral atuantes em programas de pós-graduação, mas tão somente professores estrangeiros que fazem hoje parte do quadro efetivo e permanente das instituições.

Como podemos observar, os grupos de docentes estrangeiros mais representativos são os de argentinos (257), portugueses (194), americanos (151), franceses (145), peruanos (139) e chilenos (138). A região preferida pelos estrangeiros é a Sudeste, exceto pelos franceses, uruguaios e ingleses que se concentram majoritariamente na região Sul.

REGIME DE TRABALHO

O Cadastro Nacional de Docentes de 2005/1 revela que 44,1% das funções docentes, equivalente a 118.269 professores, trabalham como horistas. Apenas 16,9% trabalham em regime de dedicação exclusiva e 18,6% trabalham em regime de tempo integral. As funções docentes desempenhadas por professores horistas somadas às dos docentes de tempo parcial representam 64,5%. Ver tabela abaixo:

Tabela 58: Funções Docentes por Regime de Trabalho segundo a Região - Brasil 2005

Regime Trabalho	Total	(%)	Região				
			Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Dedicação Exclusiva	45.353	16,9	3.509	12.074	17.310	8.476	3.984
Horista	118.269	44,1	4.723	13.412	66.139	24.481	8.514
Tempo Integral	49.779	18,6	2.895	9.318	21.764	11.090	4.712
Tempo Parcial	54.585	20,4	2.827	10.012	25.515	10.857	5.374
Total	267.986	100,0	13.954	44.816	130.728	54.904	23.584

Fonte: Inep/Mec/Cadastro 2005.1

Observa-se que em todas as regiões a soma dos professores horistas e de tempo parcial é maior do que a dos professores em dedicação exclusiva e de tempo integral.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) estabeleceu no Art. 52 que as universidades, sendo “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, se caracterizam por:

- I - ...;
- II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
- IV - ...”

No Art. 88 das disposições transitórias da mesma Lei, fixa-se o prazo para que os dispositivos supra sejam cumpridos. Diz o parágrafo § 2º: “O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art.52 é de oito anos.”

Desde dezembro de 2004, portanto, as Universidades deveriam estar cumprindo o que determina a LDB. Pelos dados do Cadastro Nacional de Docentes 2005.1, nota-se que, no item “regime de tempo integral”, as instituições particulares ainda apresentam um alto índice de não cumprimento. As públicas, com exceção de algumas instituições municipais e estaduais, cumprem o dispositivo. No que se refere à titulação acadêmica, a situação é menos problemática, mas ainda há instituições que não cumprem o que estabelece a lei. As tabelas abaixo mostram o quadro geral das universidades brasileira, por região.

Tabela 59: Universidades Privadas que cumprem e que não cumprem o requisito de 1/3 de contratação em Tempo Integral (LDB 9394/96), por Região - Brasil 2005

Região	Total	Cumprem	(%)	Não cumprem	(%)
Brasil	86	21	24,4	65	75,6
Norte	1	-	0,0	1	100,0
Nordeste	6	2	33,3	4	66,7
Sudeste	51	10	19,6	41	80,4
Sul	22	5	22,7	17	77,3
Centro-Oeste	6	4	66,7	2	33,3

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Tabela 60: Universidades Públicas que cumprem e que não cumprem o requisito de 1/3 de contratação em Tempo Integral (LDB), por Região - Brasil 2005

Região	Total	Cumprem	(%)	Não cumprem	(%)
Brasil	84(*)	77	91,7	7	8,3
Norte	11	10	90,9	1	9,1
Nordeste	24	24	100,0	-	0,0
Sudeste	27	24	88,9	3	11,1
Sul	15(*)	13	86,7	2	13,3
Centro-Oeste	7	6	85,7	1	14,3

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

(*) Uma instituição apresentou dados cadastrais incompletos.

Tabela 61: Universidades Privadas que cumprem e que não cumprem o requisito de 1/3 de docentes com titulação de mestre, doutor (pós-doutor e livre-docente)(LDB), por Região - Brasil 2005

Região	Total	Cumprem	(%)	Não cumprem	(%)
Brasil	86	82	95,3	4	4,7
Norte	1	1	100,0	-	0,0
Nordeste	6	5	83,3	1	16,7
Sudeste	51	50	98,0	1	2,0
Sul	22	21	95,5	1	4,5
Centro-Oeste	6	5	83,3	1	16,7

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Tabela 62: Universidades Públicas que cumprem e que não cumprem o requisito de 1/3 de docentes com titulação de mestre, doutor (pós-doutor e livre-docente)(LDB), por Região - Brasil 2005

Região	Total	Cumprem	(%)	Não cumprem	(%)
Brasil	84(*)	81	96,4	3	3,6
Norte	11	10	90,9	1	9,1
Nordeste	24	24	100,0	-	0,0
Sudeste	27	26	96,3	1	3,7
Sul	15(*)	15	100,0	-	0,0
Centro-Oeste	7	6	85,7	1	14,3

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

(*) Uma instituição apresentou dados cadastrais incompletos.

O Decreto nº 4.914, de 11 de dezembro de 2003, determinou, no Art. 2º, que os centros universitários devem, de acordo com a LDB, cumprir com a exigência de ter um índice de 33% dos docentes com contrato de tempo integral. Esse percentual deve ser alcançado da seguinte forma:

- I - quinze por cento, até dezembro de 2004;
- II - vinte por cento, até dezembro de 2005;
- III - trinta por cento, até dezembro de 2006; e
- IV - trinta e três por cento, até dezembro de 2006.”

O quadro seguinte apresenta a situação dos centros universitários quanto ao cumprimento do disposto no inciso primeiro do artigo referido.

Tabela 63: Centros Universitários que cumprem e que não cumprem o requisito de 15% de contratação em Tempo Integral (Decreto nº 4.914), por Região - Brasil 2005

Região	Total	Cumprem	(%)	Não cumprem	(%)
Brasil	104	61	58,7	43	41,3
Norte	7	3	42,9	4	57,1
Nordeste	3	3	100,0	-	0,0
Sudeste	69	40	58,0	29	42,0
Sul	15	10	66,7	5	33,3
Centro-Oeste	10	5	50,0	5	50,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

O quadro abaixo mostra a contratação dos doutores, pós-doutores e livre-docentes por regime de trabalho, tomando como referência as funções docentes, uma vez que um mesmo docente pode atuar em mais de uma instituição.

Tabela 64: Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Doutor - Pós-Doutor - Livre Docente						
Regime de Trabalho	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
Dedicação Exclusiva	27.109	46,2	26.632	72,4	477	2,2
Horista	10.963	18,7	910	2,5	10.053	45,9
Tempo Integral	13.492	23,0	7.192	19,5	6.300	28,7
Tempo Parcial	7.147	12,2	2.059	5,6	5.088	23,2
Total	58.711	100,0	36.793	100,0	21.918	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Percebe-se que, enquanto no setor público 91,9% das funções docentes exercidas por doutores, pós-doutores e livre-docentes estão contratadas em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva; no setor privado, apenas 30,9% estão neste regime de trabalho. Visto de outro ângulo, enquanto no setor público há apenas 2,5% de funções docentes exercidas por doutores, pós-doutores e livre-docentes horistas; no setor privado, 45,9% estão nessa condição. Fica, pois, evidente, que o percentual de doutores no quadro, para dizer da qualidade do corpo docente de uma instituição, precisa ser visto na sua relação com o respectivo regime de trabalho ao qual os doutores estão submetidos.

O mesmo pode ser dito com relação aos mestres, o segundo nível mais alto de titulação dos docentes. A tabela abaixo mostra as funções docentes com título de mestre por regime de trabalho segundo a categoria administrativa das instituições:

Tabela 65: Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Mestre						
Regime de Trabalho	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
Dedicação Exclusiva	13.275	13,3	12.736	48,2	519	0,7
Horista	45.631	45,8	3.018	11,4	42.613	58,2
Tempo Integral	18.993	19,1	6.875	26,0	12.118	16,5
Tempo Parcial	21.778	21,8	3.800	14,4	17.978	24,6
Total	99.677	100,0	26.449	100,0	73.228	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Percebe-se que, no setor público, 74,1% das funções docentes com mestrado estão contratadas em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, enquanto no setor privado este percentual chega a apenas 17,3%, levando à inferência de que efetivamente a presença de doutores e mestres no corpo docente do setor privado permanece significativamente pequena, especialmente quando comparada com o setor público. No setor privado, 46,2% das funções docentes com título de doutor e 58,2% das funções docentes com título mestre atuam como horistas.

A tabela abaixo mostra que também entre os especialistas, as funções docentes desempenhadas por professores horistas são ampla maioria no setor privado, com apenas 11,0% atuando em regime de tempo integral e dedicação exclusiva:

Tabela 66: Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Especialista						
Regime de Trabalho	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
Dedicação Exclusiva	3.545	4,6	3.262	21,4	283	0,5
Horista	44.248	57,4	3.192	21,0	41.056	66,3
Tempo Integral	11.443	14,8	4.931	32,4	6.512	10,5
Tempo Parcial	17.874	23,2	3.845	25,2	14.029	22,7
Total	77.110	100,0	15.230	100,0	61.880	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Nota-se igualmente que, no setor público, mesmo os especialistas são majoritariamente contratados em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva (53,8%), demonstrando comportamento diametralmente oposto ao do setor privado no qual os professores horistas e tempo parcial somam 89,0%.

A situação praticamente se repete quando considerados os docentes com titulação de apenas graduado. Nas instituições públicas, 48,6% das funções docentes são contratadas em tempo integral ou dedicação exclusiva; nas instituições privadas, esse índice é de 10,0%. Por outro lado, as funções docentes contratadas em regime de tempo parcial ou horista atingem 90% no setor privado e 51,4% no setor público.

Tabela 67: Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Graduado						
Regime de Trabalho	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
Dedicação Exclusiva	1.383	4,6	1.334	14,4	49	0,2
Horista	16.281	54,3	1.244	13,4	15.037	72,6
Tempo Integral	5.205	17,4	3.178	34,2	2.027	9,8
Tempo Parcial	7.124	23,8	3.536	38,1	3.588	17,3
Total	29.993	100,0	9.292	100,0	20.701	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Na categoria outro, na qual estão incluídos os professores sem graduação, mas com notória especialidade ou notório saber, 71,4% das funções docentes do setor público estão contratadas em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, enquanto que, no setor privado, esse percentual é de apenas 17,0%. Ver tabela abaixo.

Tabela 68: Função Docente por Regime de Trabalho segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Outro						
Regime de Trabalho	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
Dedicação Exclusiva	41	1,6	41	8,5	-	0,0
Horista	1.146	45,9	47	9,8	1.099	54,6
Tempo Integral	646	25,9	303	62,9	343	17,0
Tempo Parcial	662	26,5	91	18,9	571	28,4
Total	2.495	100,0	482	100,0	2.013	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Não menos relevante na composição do quadro docente das instituições da educação superior é a *senioridade*, ou o tempo de serviço dedicado à instituição. Neste sentido, é importante observar as tabelas abaixo:

Tabela 69: Função Docente por Tempo de Serviço segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Doutor, Pós-Doutor e Livre-Docente						
Tempo de Serviço	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
0 a 5 anos	20.860	35,5	8.472	23,0	12.388	56,5
6 a 10 anos	11.328	19,3	6.782	18,4	4.546	20,7
11 a 15 anos	8.573	14,6	6.723	18,3	1.850	8,4
16 a 20 anos	6.460	11,0	5.113	14,0	1.347	6,1
Mais de 20 anos	11.490	19,6	9.703	26,4	1.787	8,2
Total	58.711	100,0	36.793	100,0	21.918	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Enquanto no setor privado mais da metade dos doutores, pós-doutores e livre-docentes (56,5%) têm de 0 a 5 anos de atuação na instituição, no setor público este percentual baixa para 23,0%. Na faixa dos 6 aos 10 anos de vínculo, os percentuais entre instituições públicas e privadas, se aproximam de um patamar comum: 18,4%, nas públicas e 20,7%, nas privadas. A situação se inverte, em relação à primeira faixa, quando considerados os vínculos institucionais com mais de 10 anos: no setor público, o percentual é de 58,5% e, no setor privado, é de 22,7%.

A *senioridade* dos mestres é mostrada na tabela a seguir:

Tabela 70: Função Docente por Tempo de Serviço segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Mestre						
Tempo de Serviço	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
0 a 5 anos	60.788	61,0	9.432	35,7	51.356	70,1
6 a 10 anos	16.868	16,9	5.521	20,9	11.347	15,5
11 a 15 anos	8.908	8,9	4.264	16,1	4.644	6,3
16 a 20 anos	5.357	5,4	2.308	8,7	3.049	4,2
Mais de 20 anos	7.756	7,8	4.924	18,6	2.832	3,9
Total	99.677	100,0	26.449	100,0	73.228	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Os Mestres que atuam no setor privado, da mesma forma que os doutores, têm majoritariamente (70,1%), no máximo, cinco anos de atuação na instituição. No setor público este percentual é de 35,7. Com mais de 10 de atuação, temos, no setor público, 43,5%, contra apenas 14,4% no setor privado.

Mesmo entre os especialistas, percebe-se que o setor privado atua com um corpo docente com pouco tempo de atuação na instituição (76,8%, tem até 5 anos de casa). Nas públicas esse percentual é de 47,3%. Com mais de 10 anos de casa, o setor privado tem 13,5% de seus especialistas; enquanto que o setor público tem 40,5%.

Tabela 71: Função Docente por Tempo de Serviço Segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Especialista						
Tempo de Serviço	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
0 a 5 anos	54.724	71,0	7.205	47,3	47.519	76,8
6 a 10 anos	7.874	10,2	1.863	12,2	6.011	9,7
11 a 15 anos	4.614	6,0	1.534	10,1	3.080	5,0
16 a 20 anos	3.445	4,5	1.207	7,9	2.238	3,6
Mais de 20 anos	6.453	8,4	3.421	22,5	3.032	4,9
Total	77.110	100,0	15.230	100,0	61.880	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Finalmente, em relação aos professores com titulação até graduação, nas instituições públicas, 67,2% estão na faixa de zero a cinco anos; nas instituições privadas, esse índice é de 81,1%. Na outra ponta, as instituições públicas têm 27,1% dos professores com titulação até graduação na faixa de 11 ou mais anos de vinculação; nas privadas, esse índice é de 10,9%.

Tabela 72: Função Docente por Tempo de Serviço Segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Graduados/outros						
Tempo de Serviço	Categoria Administrativa					
	Total	(%)	Pública	(%)	Privada	(%)
0 a 5 anos	24.983	76,9	6.569	67,2	18.414	81,1
6 a 10 anos	2.383	7,3	558	5,7	1.825	8,0
11 a 15 anos	1.331	4,1	557	5,7	774	3,4
16 a 20 anos	1.032	3,2	415	4,2	617	2,7
Mais de 20 anos	2.759	8,5	1.675	17,1	1.084	4,8
Total	32.488	100,0	9.774	100,0	22.714	100,0

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Diante destes dados não surpreende, portanto, que entre as instituições com o maior número de doutores estejam exclusivamente universidades públicas, seis do sistema federal e quatro dos sistemas estaduais:

Tabela 73: As dez IES com o número de doutores, pós-doutores e livre-docentes mais elevado - Brasil 2005

NOME DA IES	UF	QUANTIDADE
Universidade de São Paulo	SP	2.765
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	SP	2.629
Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	2.297
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	2.237
Universidade Estadual de Campinas	SP	1.790
Universidade Federal de Minas Gerais	MG	1.610
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	1.383
Universidade Federal de Santa Catarina	SC	1.168
Universidade Federal de Pernambuco	PE	1.074
Universidade Federal da Bahia	BA	937

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Mesmo se considerada a titulação de mestre, doutor, pós-doutor e livre-docente, das 10 instituições com maior número de professor nessa faixa de titulação, 8 são públicas.

Tabela 74: As dez IES com o número mestre, doutores, pós-doutores e livre-docentes mais elevado - Brasil 2005

NOME DA IES	UF	QUANTIDADE
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	3.038
Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	3.023
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	SP	2.958
Universidade de São Paulo	SP	2.873
Universidade Paulista	SP	2.271
Universidade Federal de Minas Gerais	MG	2.249
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	1.965
Universidade Estadual de Campinas	SP	1.902
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	MG	1.756
Universidade Federal de Santa Catarina	SC	1.567

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Docente 2005.1

Tanto num quadro como noutro, nota-se uma predominância de instituições da região Sudeste.

Como curiosidade, cabe destacar que 824 IES têm de 0 a 5 docentes com titulação de doutor, pós-doutor e livre-docente; 211 têm de 6 a 10; 152 têm de 11 a 20; 121 têm de 21 a 50; 79 têm de 51 a 100; e 100 instituições têm 101 ou mais docentes com essa titulação.

O Cadastro Nacional de Docentes de 2005.1 revelou igualmente que é significativo o número de docentes que se dedicam à docência em várias instituições. Embora em média 86,3% ministrem aulas em apenas uma IES, é significativo registrar que a) 31.514 docentes atuam em mais de uma instituição; b) 4.840 atuam em três ou mais de três IES; e c) 730 docentes atuam em quatro ou mais instituições. Ver quadro abaixo:

Tabela 75: Docentes por Vinculação Institucional segundo a Categoria Administrativa - Brasil 2005

Vínculo	Categoria Administrativa						
	Total	Pública	(%)	Privada	(%)	Pública/Privada	(%)
Vinculado a 1 IES	199.270	78.081	39,2	121.189	60,8	-	-
Vinculado a 2 IES	26.674	727	2,7	18.996	71,2	6.951	26,1
Vinculado a 3 IES	4.110	4	0,1	2.800	68,1	1.306	31,8
Vinculado a 4 IES	630	-	-	406	64,4	224	35,6
Vinculado a 5 IES	84	-	-	48	57,1	36	42,9
Vinculado a 6 IES	15	-	-	10	66,7	5	33,3
Vinculado a 8 IES	1	-	-	1	100,0	-	-
Total	230.784	78.812	34,1	143.450	62,2	8.522	3,7

Fonte: Inep/Mec/Cadastro Nacional de Docentes 2005.1

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cadastro Nacional de Docentes da Educação Superior, pela sua necessária atualização semestral, abre possibilidades de monitoramento constante, por parte do Ministério da Educação, dos administradores e dirigentes das instituições de educação superior e dos pesquisadores em geral, do corpo docente de nossas universidades, faculdades, faculdades tecnológicas e centros universitários, em todas as regiões e estados do país e em todas as instituições do Sistema Federal, público e privado, e dos sistemas Estaduais.

Trata-se, conforme anteriormente destacado, de um instrumento em fase de consolidação e que necessitará ainda de pequenos ajustes. Mesmo assim, esta primeira edição marca um importante momento na história da educação superior brasileira, pois permite pela primeira vez que se faça uma nítida distinção entre docentes e funções docentes. Tal distinção permite que se monitore com muito mais exatidão a mobilidade dos docentes, a sua titulação, a sua área de atuação profissional, o seu regime de trabalho, a sua nacionalidade, idade, sexo, tempo de serviço, etc., com muitas possibilidades, ainda a serem exploradas, de uso no planejamento e nas definições de nossas políticas públicas para o setor.

Como foi possível verificar, pela análise aqui apresentada, o Cadastro Nacional de Docentes da Educação Superior, embora em sua primeira edição, faz algumas revelações interessantes, entre as quais destacamos:

- O maior número de funções docentes da educação superior encontra-se nas universidades (55,0%).
- Nada mais do que 7,5%% das instituições, as universidades, têm 55,0% das funções docentes.

- Há 230.784 docentes atuantes na educação superior brasileira. Eles exercem as suas funções principalmente nos estados de São Paulo (23,6%), Minas Gerais (11,6%) Rio de Janeiro (10,7%), Paraná e Rio Grande do Sul (7,8%).
- Dos 230.784 docentes ativos da educação superior em 2005.1, 52.378 são doutores, pós-doutores ou livre-docentes, representando 22,7% do total de docentes.
- Os mestres constituem o maior grupo de docentes (80.787), representando 35% do total.
- Especialistas (67.822) representam 29,4% do total de docentes.
- Há 27.334 docentes da educação superior (11,8%) com apenas o diploma da graduação.
- Das funções docentes exercidas por professores apenas graduados, 69,0% estão no setor privado e 31,0% no setor público.
- Das funções docentes exercidas por doutores, 62,7% estão nas IES públicas (que representam apenas 10,2% do total das IES do sistema).
- O setor privado, com apenas 37,3% dos doutores responde por 89,8% do total de instituições que oferecem cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- A região Sudeste é a única que supera a média nacional (22,7%), com 26,4% de doutores, livre-docentes e pós-doutores em seu quadro docente.
- A região Sul é a única que supera a média nacional (35,0%), com 39,4% de mestres em seu quadro docente.
- Entre os especialistas, os extremos estão representados pela região Norte, que tem 41,4% de especialistas em seu quadro e pela região Sudeste, que tem apenas 26,0%.
- O Acre é o estado com o menor quadro de docentes atuantes na educação superior, do país, registrando apenas 497 docentes.
- No Amapá, os especialistas e os apenas graduados somam expressivos 71,3% de todo o corpo docente atuante na educação superior do estado.
- O percentual de doutores do quadro docente do Amapá (4,1%) é o menor do País. O Amapá conta com apenas 28 doutores em seu quadro.
- O estado do Maranhão tem um dos menores percentuais de doutores, livre-docentes e pós-doutores da região Nordeste (10,9%) atuantes na educação superior.
- O número de doutores nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte está entre os mais altos da região Nordeste e supera em cerca de 3% a média nacional para este nível de titulação.
- Paraíba e Rio Grande do Norte, não obstante a boa relação doutor/matrícula, estão entre os estados com a menor taxa de escolarização na educação superior do País.
- O Rio de Janeiro, ao lado do Rio Grande do Sul, Paraíba, São Paulo e Ceará, ostenta os mais altos percentuais de docentes doutores e mestres do País, atingindo 63,9% do quadro docente, bem acima dos 59,1% da média nacional.
- São Paulo é o estado com o mais alto percentual de doutores, livre-docentes e pós-doutores em seu quadro docente (28,1%), situando-se cerca de 7 pontos percentuais acima da média nacional.
- Nenhum dos estados das regiões Norte e Centro-Oeste iguala ou supera a média nacional de doutores no quadro docente.
- Há, no sistema de educação superior brasileiro, aproximadamente, 1 doutor para cada 80 estudantes. Com menos alunos por doutor estão as regiões Sudeste (1/70) e Sul (1/75), com a região Nordeste (1/87), situando-se bem próximo da média. A região Norte com 1 doutor para 164 estudantes e a Centro-Oeste, com 1 doutor para cada 166 estudantes, são as que mais se distanciam da média nacional e, mais ainda, das médias das regiões Sudeste e Sul para a mais alta titulação docente.
- Apenas 21 (24,4%) das 86 universidades privadas cumprem o mínimo exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quanto ao requisito 1/3 de contratação em tempo integral..
- Dos docentes da educação superior, 31.514 atuam em mais de uma instituição; 4.840 atuam em três ou mais de três e 100 docentes atuam em cinco ou mais de cinco instituições.

- Entre as dez instituições com o maior número de doutores estão exclusivamente universidades públicas, seis do sistema federal e quatro dos sistemas estaduais.
- Enquanto no setor privado mais da metade dos doutores (56,5%) têm de 0 a 5 anos de atuação na instituição, no setor público este percentual chega a apenas 35,5%.
- No setor público, 58,7% dos doutores do corpo docente têm mais de 10 anos de casa enquanto no setor privado este número soma apenas 22,7%.
- Percebe-se, portanto, que no setor público se mantém a tendência de crescimento da representação percentual de doutores no seu quadro docente e que, no setor privado, há uma estabilização.
- Percebe-se que, enquanto no setor público 91,9% dos doutores estão contratados em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, no setor privado apenas 30,9% estão neste regime de trabalho. Visto de outro ângulo, enquanto no setor público há apenas 2,5% de doutores horistas, no setor privado 45,9% dos doutores são horistas.
- Aproximadamente 46% dos doutores e 60% mestres atuam no setor privado como horistas.

O Inep entende que estes são apenas alguns destaques iniciais possíveis de serem feitos neste momento de consolidação do instrumento e se coloca à disposição de dirigentes, pesquisadores e estudiosos da educação superior para maiores esclarecimentos.

ANEXOS

PORTARIA Nº 1.265, DE 13 DE MAIO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de instituir cadastro contendo informações oficiais acerca dos docentes dos cursos ofertados por instituições de educação superior vinculadas ao Sistema Federal de Ensino, bem como tomar disponíveis informações destinadas a subsidiar a atividade de supervisão dos cursos e instituições que lhe estão afetas, resolve

Art. 1º. Fica atribuída à Secretaria de Educação Superior - SESu e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a incumbência de, no prazo de sessenta dias contados da publicação desta Portaria, estabelecer as diretrizes para a criação de um Cadastro Nacional de Docentes do Sistema Federal de Ensino, bem como estruturar a sua base operacional.

Art. 2º. Independentemente do disposto no artigo anterior, as instituições de educação superior vinculadas ao Sistema Federal de Ensino que oferecem cursos de Direito, deverão informar, no prazo máximo de sessenta dias, à Secretaria de Educação Superior, por meio eletrônico, os nomes, titulação, regime de trabalho/carga horária, endereço, e inscrições no RG e no CFP dos docentes por elas contratados e/ou nomeados.

§ 1º As instituições que não prestarem as informações fixadas no *caput* no prazo nele estabelecido, terão suspenso o próximo processo seletivo para ingresso nos cursos de Direito, valendo a suspensão para os processos seletivos subseqüentes até que as informações sejam prestadas.

§ 2º Caberá ao INEP informar à SESu, para fins de edição do ato de suspensão do processo seletivo, as instituições que não observaram o prazo neste artigo estabelecido.

Art. 3º. O INEP é o órgão gestor do cadastro, podendo, para tanto, estabelecer as normas, os procedimentos e os critérios de consulta, sempre observando as diretrizes da SESu.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO
(DOU Nº 92, 14/5/2004, SEÇÃO 1, P. 10)

PORTARIA Nº 327, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2005.

Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Docentes e Define as disposições para sua operacionalização.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em seus art. 1º § 1º e 2º e art. 3º resolve:

Art 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, o Cadastro Nacional de Docentes, sistema informatizado de dados e informações relativas aos docentes dos cursos ministrados pelas Instituições de Educação Superior - IES do País.

Art. 2º A Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior - DEAES, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, é o órgão gestor do cadastro, podendo, para tanto, estabelecer as normas e procedimentos operacionais e as formas de divulgação dos dados e informações, em consonância com o Departamento de Supervisão do Ensino Superior - DESUP, da Secretaria de Educação Superior - SESu.

Art. 3º Cabe à DEAES orientar as IES em relação ao preenchimento do formulário eletrônico com os dados e as informações dos docentes dos seus cursos.

§ 1º Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o preenchimento do formulário eletrônico: primeiro semestre será até 31 de março e, para o segundo semestre, até 31 de agosto de cada ano.

§ 2º Ao final dos prazos estabelecidos no § 1º será emitido, pelo INEP, certificado de validação deste cadastro.

Art 4º Decorridos os prazos mencionados no art. 3º, § 1º, as informações constantes do Cadastro de que trata esta Portaria constituirão, para todos os fins legais, a base de dados oficial do Ministério da Educação, em relação aos docentes dos cursos de educação superior.

Art. 5º As IES serão responsáveis pela atualização e validação dos dados e informações relativos aos docentes dos seus cursos no cadastro eletrônico.

Art. 6º O certificado de validação do Cadastro Nacional de Docentes mencionado no art 3º § 2º é pré-requisito para:

I - adesão ao Programa de Financiamento Estudantil - FIES e Programa Universidade para Todos - PROUNI;

II - abertura de processos de credenciamento e reconhecimento de instituição de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e habilitações, modalidades presencial e a distância, no Sistema SAPIENS.

Art. 7º Casos não previstos nesta Portaria quanto aos procedimentos cadastrais serão examinados e decididos pela DEAES do INEP.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 1265, de 13 de maio de 2004, publicada no DOU de 14 de maio de 2004, Seção 1, página 10.

FERNANDO HADDAD
(DOU Nº 23, 2/2/2005, SEÇÃO 1, P. 8)